Fundado em
15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador:
Edmundo Bittencourt

EDIÇÃO SÃO PAULO

São Paulo, Quinta-feira, 20 de Agosto de 2026 | www.correiodamanhasp.com.br | Ano CXXV Nº 25.085 | R$ 5,00

Alerta dos EUA levou polícia a encontrar 294 arquivos de pornografia infantil no Rio

CAPPELLI - PÁGINA 14

Caso Lulinha: PF investiga até onde lobista atuava

Defesa contesta mensagens e nega uso político da mansão em Brasília

PÁGINA 23

SALOMÃO QUER STJ A SERVIÇO DA SOCIEDADE EM DEBATE SOBRE IA

O novo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luís Felipe Salomão, tomou posse prometendo um tribunal que atue em defesa do cidadão e da sociedade. Nesse sentido, ele propôs, por exemplo, que o STJ entre na discussão de como regular o uso da Inteligência Artificial, de modo a fazer com que as novas ferramentas tecnológicas atuem em favor das pessoas, e não contra elas. Mais de mil pessoas estiveram presentes. O vice-presidente Geraldo Alckmin representou Lula na posse.

MAGNAVITA - PÁGINA 15

DIVULGAÇÃO REPUBLICANOS E BRUNO ZACARIAS

Ministro Salomão ao lado do vice-presidente Geraldo Alckmin e do presidente do STF, Edson Fachin

Lula e Flávio devem faltar ao debate da Band domingo

Ausência dos dois principais candidatos deve esvaziar primeiro debate presidencial no domingo(23). Caiado, Zema, Renan Santos e Augusto Cury estão confirmados.

PÁGINA 13

Eduardo Bolsonaro ajuda André do Prado

Após a divulgação da pesquisa ao Senado, colocando André do Prado(PL) na 5ª colocação, Eduardo Bolsonaro voltou a pedir votos para o presidente da Alesp

PÁGINA 3

CCJ da Câmara analisa veto a publicidade de bets na cidade

A Comissão aprovou a admissibilidade de projetos para restringir a publicidade de apostas em eventos em SP.

PÁGINA 4

Parcelamento de dívidas em debate pelos vereadores

A Comissão de Finanças realizou audiência sobre a modalidade excepcional de negociação para dívidas tributárias.

PÁGINA 4

Manga é investigado por suspeita de racismo

O MPSP instaurou um inquérito civil para investigar o prefeito de Sorocaba por suspeita de discriminação racial.

PÁGINA 8

Paraná Pesquisas: Tarcísio chega a 50% e venceria eleição no 1º turno

Governador abriu 16,2 pontos de vantagem sobre Fernando Haddad (PT), que aparece com 33,8%. Em julho, a diferença era de 13,4 pontos. Tarcísio também lidera em eventual segundo turno, com 53% contra 36,9% do ex-ministro da Fazenda.

DIVULGAÇÃO REPUBLICANOS E BRUNO ZACARIAS

Na comparação com a pesquisa de julho, Tarcísio subiu 1,5% e Haddad caiu 1,3%, dentro da margem de erro

PÁGINA 3

FERNANDO MOLICA

O BRIGADEIRO BAPTISTA JUNIOR E AS NUVENS GOLPISTAS

PÁGINA 2

TALES FARIA

MARÇAL VOLTA A AVACALHAR DEBATES OS DEBATES NA TV

PÁGINA 2

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Pablo Marçal: como avacalhar a democracia e ganhar dinheiro

Pronto, Pablo Marçal chegou ao noticiário da campanha eleitoral. Candidato a prefeito de São Paulo em 2024, tornou-se inelegível até 2032 por oferecer prêmios em dinheiro e brindes a quem fizesse o recorte de seus conteúdos e conseguisse o maior alcance nas redes sociais.

Mas a inelegibilidade não o impediu de se inscrever como candidato a presidente da República e, no sábado, 15, obter uma medida liminar favorável à sua candidatura na Justiça Eleitoral de Santana do Parnaíba (SP). Qualquer pessoa com filiação partidária pode pedir o registro, mesmo que não cumpra todos os requisitos. A impugnação só ocorre quando o tribunal eleitoral decidir se aceita ou não a candidatura, o que só deve ocorrer em setembro.

Até lá, Marçal já se prepara para avacalhar a campanha, especialmente nos debates eleitorais da TV, como fez em 2024, quando conseguiu tirar do sério um dos seus adversários na disputa pela Prefeitura de São Paulo. O apresentador José Luiz Datena resolveu atacá-lo com uma cadeirada e se queimou junto ao eleitorado. Datena acabou desistindo de concorrer.

Nesta quarta-feira, 19, Marçal encaminhou à TV Bandeirantes um ofício cobrando participação do debate dos presidenciáveis do próximo domingo. No documento, em tom ameaçador, ele cobra que, "se mantida a exclusão", de sua participação, lhe sejam enviados "por escrito os critérios objetivos adotados para a seleção dos participantes e a demonstração de sua aplicação uniforme a todos os candidatos registrados".

Em outras palavras, ele quer saber por que estará fora, se outros nomes igualmente sem representação suficiente no Congresso, como Renan Santos, do partido Missão, foram convidados. A Lei das Eleições garante a participação nos debates dos candidatos filiados a partidos com representação mínima de cinco parlamentares no Congresso Nacional. Para candidatos de legendas que não atingem esse número, a presença fica a critério da organização de cada evento.

As TVs sabem que a presença de Marçal serve para avacalhar os debates. Mas o problema é que os dois principais candidatos em 2026 ameaçam não aparecer. Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como líder e esquerdista, porque seria o principal alvo de todos os outros. Flávio Bolsonaro (PL) já afirmou que só pretende aparecer nos debates em que Lula for. Portanto, sem os dois primeiros colocados, os debates tendem a se tornar maçantes e sem audiência.

O dilema das TVs será manter a seriedade do debates ou abrir para Marçal em busca da audiência perdida que cadeiradas e coisas assim podem trazer de volta.

E Marçal, o que ganha com isso? Ganha vitrine, o que é essencial para influenciadores digitais que fazem dinheiro com propaganda. Isso ele sabe fazer muito bem. Segundo a última declaração que apresentou à Justiça Eleitoral neste mês de agosto, Marçal informou um patrimônio de R$ 149,9 milhões.

O problema é que, em 2024, ele havia declarado R$ 169 milhões de patrimônio. Será que está precisando repor o caixa?

FERNANDO MOLICA

Jornalista e Escritor

O brigadeiro e as nuvens golpistas

A julgar por diversas reportagens, o livro do tenente-brigadeiro Carlos Baptista Junior, ex-comandante da Aeronáutica, encerra de vez qualquer dúvida ou discussão sobre a tentativa golpista liderada por Jair Bolsonaro.

O livro "Eu disse não: uma trincheira antigolpista" (Autêntica Editora) deveria calar ou, no mínimo, constranger os que ainda insistem em negar o óbvio, que questionam a condenação do ex-presidente, que classificam de "política" sua prisão, que defendem anistia para ele e outros criminosos. Os que agem assim reiteram seu desprezo à democracia e demonstram estarem dispostos a uma futura virada de mesa institucional.

O autor não pode ser chamado de simpatizante da esquerda, não nega que votou duas vezes em Bolsonaro para o Planalto; em entrevistas, deixa evidente sua oposição ao presidente Lula (PT). No comando da FAB, assinou notas dúbias sobre a preservação da democracia e ainda curtiu posts que pregavam uma intervenção militar.

Mas, diferentemente do ex-capitão e de seus cúmplices Baptista Junior não confundiu ideologia com desrespeito à Constituição, à democracia e a liberdade. Ao lado do então comandante do Exército, general Freire Gomes, fez o que deveria fazer.

Em um país tão acostumado a golpes militares, cumprir o dever passa a ser visto como excepcionalidade: "Ninguém deveria ser herói por cumprir a lei ao não apoiar o golpe", disse o brigadeiro ao jornal O Globo.

As reportagens sobre o livro explicitam as reiteradas iniciativas golpistas de Bolsonaro, um político que, durante toda sua carreira, demonstrou desprezo às liberdades e admiração a ditadores e torturadores. Seu modelo de militar nunca foram oficiais dignos, comprometidos com a farda e com a Constituição — adorava o desprezível e covarde Brilhante Ustra.

Em um trecho do livro, Baptista Junior revela detalhes do dia em que o então presidente ameaçou cancelar a eleição em que fora derrotado e intervir na Justiça: acabou ameaçado de prisão pelo comandante do Exército.

As tais quatro linhas da Constituição que Bolsonaro dizia defender eram tortas e flexíveis, poderiam, no seu entender, ser levadas para lá e para cá com o objetivo de acomodarem seus interesses pessoais.

A tentativa de ruptura do regime democrático, detalhada por Baptista Junior, não se confunde com visão política, com diferentes opções ideológicas. Bolsonaro não pode ser visto como contraponto à esquerda, isso representaria uma ofensa aos liberais, aos que se colocam à direita do espectro político, que condenam o estatismo. O ex-presidente representa oposição à democracia, à liberdade, à vida, ao direito de cada um de nós.

EDITORIAL

Esvaziamento dos debetes prejudica o eleitor

Em uma eleição, o debate entre candidatos não é mero espetáculo de campanha. É um dos instrumentos mais importantes para que o eleitor conheça propostas, compare visões de mundo e avalie a capacidade daqueles que pretendem governar. Por isso, quando um candidato decide não participar de um debate eleitoral, não está apenas escolhendo não subir a um palco: está contribuindo para o esvaziamento de um espaço essencial ao confronto democrático de ideias.

O debate permite que promessas sejam confrontadas, contradições sejam expostas e respostas sejam cobradas. Mais do que discursos preparados para propagandas e redes sociais, o eleitor tem a oportunidade de observar como cada candidato reage a perguntas difíceis, críticas e posições divergentes. É justamente nesse confronto que diferenças muitas vezes pouco perceptíveis na publicidade eleitoral se tornam claras.

A ausência, naturalmente, pode ter justificativas legítimas. Há situações em que questões de agenda, saúde ou regras do próprio evento podem impedir a participação. Mas, quando o não comparecimento se transforma em estratégia política para evitar perguntas, críticas ou o enfrentamento de adversários, o prejuízo ultrapassa a campanha individual. Perde a democracia.

O eleitor merece ouvir os candidatos e, sobretudo, vê-los debatendo entre si. Não basta conhecer slogans, vídeos cuidadosamente editados ou declarações feitas em ambientes controlados. Quem pretende ocupar um cargo público precisa estar disposto a prestar contas, defender suas ideias e responder aos questionamentos que fazem parte da vida pública.

Também cabe aos organizadores dos debates estabelecer regras equilibradas, garantir espaço para propostas e evitar que esses encontros se transformem em simples troca de acusações. Ao eleitor, por sua vez, cabe acompanhar, questionar e não aceitar como suficiente a ausência daqueles que pedem seu voto.

Em uma democracia madura, fugir do debate não deveria ser uma vantagem eleitoral. O silêncio pode ser uma escolha de campanha, mas não pode ser tratado como substituto do diálogo. Quanto maior a disposição dos candidatos para o confronto respeitoso de ideias, maior a qualidade da escolha do eleitor. E quanto mais vazio fica o debate, mais pobre se torna a própria democracia.

OPINIÃO DO LEITOR

Luto na dramaturgia

Morreu Glória Menezes, estrela de novelas e do cinema brasileiro. Deixa um legado de versatilidade e uma trajetória fundamental para a história da televisão brasileira.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: marceloperillier@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

DIVULGAÇÃO/ALESP

Direita segue dividida entre André, Derrite e Salles na disputa ao Senado

Eduardo Bolsonaro volta a pedir votos para André do Prado

Após a divulgação da pesquisa ao Senado pela Paraná Pesquisas, colocando André do Prado(PL) na 5ª colocação, Eduardo Bolsonaro voltou a pedir votos para o presidente da Alesp nesta quarta-feira(19). Filho 02 de Jair, Eduardo seria suplente na chapa de André, mas está morando nos EUA e está inelegível por decisão do STF por coação no curso do processo. Em vídeo, Eduardo afirmou ter conversado com Prado sobre pautas da direita e citou temas como o retorno dos "exilados" e a defesa da família. "Em São Paulo a gente não pode desperdiçar o nosso voto", declarou. O deputado ainda elogiou o trabalho de Prado na Alesp e afirmou que ele teve "muita habilidade e muito êxito" ao aprovar projetos do governador Tarcísio. O banner do vídeo nas redes sociais traz o escrito "Eduardo é André". A disputa ao Senado no campo da direita ainda tem Guilherme Derrite(PP) e Ricardo Salles (Novo).

Anúncios patrocinados nas redes sociais

A Justiça Eleitoral extinguiu representação do candidato a deputado federal, Orlando Morando (MDB),ex-prefeito de São Bernardo, contra o também candidato, Alex Manente (Cidadania), sobre 11 anúncios patrocinados nas redes sociais. Morando alegava que as publicações teriam sido pagas com recursos do Fundo Partidário em período vedado. A relatora Domitila Manssur, do TRE, entendeu que os anúncios estavam formalmente regulares e que a apuração da origem dos recursos deve ocorrer na prestação de contas. O mérito não foi julgado.

MONTAGEM COM FOTOS DE DIVULGAÇÃO E CÂMARA DOS DEPUTADOS

Orlando Morando(MDB) questiona anúncios de Alex Manente(CID)

Missão lançou Guto Schiavetto para o Senado

O Partido Missão lançou, no último dia de registro de candidaturas, o empresário Guto Schiavetto como candidato ao Senado por SP. Natural de Limeira, Schiavetto disputou três eleições para vereador, pelos partidos PP(2024), PV(2020) e Rede(2016), mas não foi eleito. Para as eleições de 2026, foi cotado inicialmente para disputar a Câmara dos Deputados, mas teve a candidatura alterada durante a definição da estratégia eleitoral do partido. Com a mudança, ele se junta a outros 14 candidatos que concorrem ao Senado no estado.

Haddad defende criação de agência da segurança

Em sabatina da CBN, Fernando Haddad (PT), candidato ao governo de São Paulo, defendeu a criação de uma agência estadual de segurança pública e o uso do WhatsApp para aproximar as forças policiais da população. Ao apresentar propostas para a Cracolândia, nesta quarta-feira (19), o petista também questionou a política de segurança do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e prometeu ampliar a integração entre as polícias.

Criticou o Bolsa Família

A candidata a deputada federal Sophia Barclay (PL-SP), conhecida como "trans de direita", que critica o Bolsa Família e o Gás do Povo nas redes sociais, aparece como beneficiária dos dois programas desde 2018. Segundo dados do Portal da Transparência, recebeu cerca de R$ 21 mil. A assessoria diz que o cadastro está ligado a um familiar e nega irregularidade.

Impulsionamento

Tarcísio de Freitas(Republicanos) e Fernando Haddad(PT) gastaram ao menos R$ 2,2 milhões em anúncios no Facebook e Instagram em 2026, antes do início oficial da campanha. Segundo levantamento do portal G1, foram R$ 1,18 milhão do governador e R$ 1,02 milhão do petista. O impulsionamento é permitido na pré-campanha, desde que não haja pedido de voto.

Contra notícia falsa I

O candidato a deputado federal, Guto Zacarias (Missão) acionou a Justiça contra o X Brasil e o responsável pelo perfil @oprimodev, conhecido como "Kardashian de Software". A representação, protocolada no TRE-SP, trata de propaganda eleitoral e divulgação de notícia sabidamente falsa. O teor da denúncia não foi divulgado e não há decisão sobre o caso.

Contra notícia falsa II

A candidata a deputada estadual, Analice Fernandes (PSD), acionou o TRE-SP contra o perfil "Barnabés News", que publicou conteúdo questionando o envio de emendas ao distrito dos Barnabés, em Juquitiba. A representação aponta possível divulgação de notícia falsa e pede tutela de urgência. Ainda não há decisão da Justiça sobre o caso.

Postagem nas redes

O TRE-SP negou pedido de urgência da candidata a deputada estadual, Leticia Aguiar (PL), para retirar publicação do perfil @PORTALPAULISTA, que a associa a supostas investigações e crimes. O relator Ronnie Herbert Barros Soares não viu finalidade eleitoral inequívoca, mas determinou ao Instagram a identificação do responsável.

Disputa entre PL x Missão

O TRE-SP negou pedido liminar do candidato a deputado estadual, Paulo Kogos(PL) para retirar do X uma publicação da candidata Isis Delboni (Missão) que, segundo ele, o associava ao uso de maconha. O relator, Ronnie Herbert Barros Soares, disse não haver elementos suficientes para remoção imediata. Isis ainda apresentará defesa antes da análise do mérito.

DIVULGAÇÃO REPUBLICANOS E BRUNO ZACARIAS

Governador subiu 2% em relação à pesquisa de julho; Ex-ministro caiu 2%

Paraná Pesquisas: Tarcísio chega a 50% e pode vencer no 1º turno

Governador abre 16 pontos sobre Fernando Haddad, que tem 33,8%

Da **Redação**

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), aparece com 50% das intenções de voto para o governo paulista no principal cenário estimulado da pesquisa Paraná Pesquisas divulgada nesta quarta-feira (19). Fernando Haddad (PT), ex-ministro da Fazenda, registra 33,8%.

Os demais candidatos somam percentuais inferiores a 2%. Vera Lúcia (PSTU) aparece com 1,5%, enquanto Carlos Machado (UP) e Vivian Mendes (UP) têm 0,8% cada. Izadora Dias (PSTU) e Policial Edjane (PSTU) registram 0,4% cada. Votos brancos, nulos e eleitores que afirmam não votar em nenhum dos nomes representam 7,5%. Outros 4,8% não souberam ou não quiseram opinar.

O resultado coloca Tarcísio próximo da vitória no primeiro turno. Para definir a eleição já na primeira rodada, o candidato precisa alcançar a metade mais um dos votos válidos, excluindo brancos e nulos.

Em um cenário de segundo turno apenas entre Tarcísio e Haddad, o governador aparece com 53% das intenções de voto, contra 36,9% do petista. Brancos, nulos e eleitores que não votariam em nenhum somam 6,5%, enquanto 3,6% não souberam ou não opinaram.

Na comparação com o levantamento anterior, realizado em julho, Tarcísio oscilou de 48,5% para 50% no primeiro turno, enquanto Haddad passou de 35,1% para 33,8%. As variações estão dentro da margem de erro. Na rejeição, Haddad registra 44,3%, ante 27,4% de Tarcísio.

A pesquisa ouviu 1.680 eleitores presencialmente, em 80 municípios paulistas, entre 16 e 18 de agosto. A margem de erro é de 2,4 pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. O levantamento foi financiado com recursos próprios do instituto e está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número SP-08913/2026.

DISPUTA PELO SENADO

Para as duas vagas ao Senado por São Paulo, o levantamento mostra empate técnico entre Simone Tebet (PSB), com 31,1%, Marina Silva (Rede), com 30,1%, e Guilherme Derrite (PP), com 28,2%. Ricardo Salles (Novo) aparece com 19,7%, seguido por André do Prado (PL), com 16,8%.

A pesquisa para o Senado utilizou a mesma amostra de 1.680 eleitores em 80 municípios. O levantamento tem margem de erro de 2,4 pontos percentuais e 95% de nível de confiança.

CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

RICHARD LOURENÇO / REDE CÂMARA SP

Parlamentares discutiram temas como infraestrutura urbana

Vereadores de SP debatem obras e segurança em sessão plenária

A Câmara Municipal de São Paulo realizou sua sessão plenária nesta terça-feira (18), com foco em demandas prioritárias da capital paulista. Durante o Pequeno Expediente e o momento de comunicados, os parlamentares utilizaram a tribuna para discutir temas como infraestrutura urbana, segurança pública, mobilidade e educação. Entre os debates, vereadores abordaram a necessidade de melhorias na manutenção de vias e investimentos em macrodrenagem, enquanto outros defenderam o fortalecimento da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e o incentivo ao transporte por bicicletas. Também foram discutidas questões educacionais da cidade, especificamente sobre a jornada de formação docente. A sessão marcou ainda a posse do vereador Nunes Peixeiro, que assume a vaga de Sidney Cruz.

Câmara inicia sessões sobre autismo

A Escola do Parlamento, ligada à Câmara Municipal de São Paulo, iniciou o 1º Ciclo de Debates sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com foco no curso "Autismo na contemporaneidade: clínica, direitos, família e práticas pedagógicas inclusivas", a iniciativa visa ampliar o conhecimento sobre o tema. O objetivo é fortalecer o debate acadêmico e as práticas inclusivas na sociedade, promovendo uma análise multidisciplinar sobre o espectro autista e suas implicações sociais e pedagógicas.

DOUGLAS FERREIRA | REDE CÂMARA SP

Objetivo é fortalecer o debate acadêmico e as práticas inclusivas

Câmara debate novo parcelamento de dívidas

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realizou, nesta terça-feira (18/8), a segunda audiência pública para discutir o PL 606/2026. A proposta, enviada pelo Poder Executivo, cria uma modalidade excepcional de negociação para dívidas tributárias e não tributárias do município, visando à regularização fiscal de contribuintes. O projeto propõe alterações na Lei nº 17.324/2020, permitindo o parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa, inclusive aqueles sob discussão judicial.

Discussão sobre impactos financeiros

Durante o debate, parlamentares e representantes da sociedade civil discutiram os impactos financeiros, os critérios de adesão e as condições dos descontos oferecidos. Representantes do governo defenderam a medida como uma alternativa para aumentar a arrecadação e regularizar passivos, enquanto vereadores solicitaram esclarecimentos sobre o impacto orçamentário e a abrangência dos descontos.

Direitos das Crianças

A Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo, liderada pela vereadora Ana Carolina Oliveira (PL), realiza reunião extraordinária semipresencial nesta quinta-feira, dia 20. O evento ocorre das 9h às 13h30, na Sala Tiradentes, no 8º andar do Palácio Anchieta.

CPI dos Devedores

A CPI dos Devedores da Câmara Municipal de São Paulo, presidida pelo vereador Sansão Pereira (Republicanos), realiza reunião ordinária semipresencial nesta quinta-feira (20). O encontro está agendado para ocorrer das 14h às 18h, no Plenário 1º de Maio, localizado no 1º andar do Palácio Anchieta, que é a sede do legislativo paulistano.

Políticas Públicas

A Câmara Municipal de São Paulo sedia o 14° Seminário de Políticas Públicas com Alunos e Professores da UNIP (Universidade Paulista) nesta sexta-feira (21), por iniciativa do vereador Senival Moura (PT). O evento está previsto para ocorrer das 9h às 12h, no Salão Nobre, localizado no 8º andar do Palácio Anchieta, no centro da capital.

Agosto Lilás

A Câmara Municipal de São Paulo recebe o II Congresso e Conferência do Agosto Lilás da Confraria Mulheres 40+ – Unidas no Combate ao Feminicídio, nesta sexta-feira (21). O evento, realizado pela vereadora Edir Sales (PSD), está previsto para ocorrer das 14h às 17h30, no Salão Nobre, 8º andar do Palácio Anchieta, na sede da Câmara.

Dia dos Nutricionistas

A Câmara Municipal de São Paulo sedia a sessão solene em homenagem ao Dia dos Nutricionistas na próxima terça-feira 25, por iniciativa da Liderança do MDB. O evento comemorativo ocorre das 18h às 22h, no Auditório Prestes Maia, localizado no 1º andar do Palácio Anchieta. Acompanhe todas as homenagens ao vivo pela TV Câmara.

Orgulho LGBT

A Câmara Municipal de São Paulo realiza sessão solene para a entrega de Salva de Prata à Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo no dia 25/08. A homenagem, proposta pelo vereador Marcelo Messias (MDB), ocorre das 19h às 22h, no Salão Nobre, 8º andar do Palácio Anchieta. Acompanhe todos os debates ao vivo pela TV Câmara.

DOUGLAS FERREIRA | REDE CÂMARA SP

Comissão deu parecer favorável ao vereador João Jorge (MDB)

CCJ da Câmara segue com veto a publicidade de bets em eventos

Comissão aprova projeto que limita propaganda de apostas na cidade

Da **Redação**

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ) da Câmara Municipal de São Paulo deu um passo significativo nesta quarta-feira (19) ao aprovar a admissibilidade de projetos que visam, entre outros temas, restringir a publicidade de empresas de apostas e jogos de azar online, conhecidas como "bets", em eventos esportivos realizados na capital.

O parecer favorável à legalidade foi concedido ao PL 560/2025, de autoria do vereador João Jorge (MDB) e coautoria de outros parlamentares. A proposta estabelece diretrizes para proibir a divulgação de marcas de apostas durante a realização de competições esportivas na cidade. O texto agora seguirá seu trâmite pelas demais comissões permanentes da Casa antes de ser levado ao plenário para votação final.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto baseia-se nos riscos sociais e econômicos associados à alta exposição da população a esse mercado. O parlamentar argumenta que a crescente influência do setor no cotidiano esportivo tem gerado impactos negativos, especialmente entre jovens atletas, crianças e adolescentes. O texto destaca ainda que a base da pirâmide de usuários dos serviços de apostas é composta por famílias de baixa renda — com ganhos mensais de até três salários mínimos —, o que acentua a vulnerabilidade econômica diante da promessa de ganhos financeiros rápidos.

A presidente da CCJ, vereadora Sandra Santana (MDB), reforçou a necessidade de endurecer o controle sobre a publicidade do setor. Durante a reunião, ela defendeu medidas que limitem a atuação dessas empresas no ambiente esportivo, citando o impacto dessas atividades na economia familiar. A discussão também abrangeu a preocupação parlamentar com outros tipos de patrocínios que, segundo os vereadores, demandam maior regulação.

Além do foco no setor de apostas, a reunião do colegiado da Câmara analisou outros 39 itens, totalizando 34 projetos de lei que avançaram na tramitação. Entre os temas de saúde e assistência social, destaca-se a inclusão para autistas: O PL 409/2025, de autoria do vereador Paulo Frange, que estabelece um programa de inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no mercado de trabalho. A proposta busca valorizar a diversidade neurológica e facilitar a inserção profissional como estratégia de cidadania.

CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**

Comissão é presidida pelo vereador Paulo Haddad (PSD-SP)

Comissão de Saúde analisa cinco projetos nesta quinta-feira

A Comissão Permanente de Política Social e Saúde da Câmara se reúne às 15h desta quinta (20) para analisar e votar pareceres de cinco projetos de lei. As propostas já passaram por primeira votação no Plenário e dependem do parecer do colegiado para seguir para análise final dos vereadores. A reunião é aberta ao público, com entrada pela Av. Engenheiro Roberto Mange, 66, Ponte Preta. Dr. Yanko (PP) institui o programa municipal que fornece aparelho de pressão digital de pulso a hipertensos de baixa renda. Já Ailton da Farmácia (PSB), institui o programa "Doe Sangue aqui", que autoriza a prefeitura a promover a coleta em laboratórios particulares para auxiliar os hemocentros. Guilherme Teixeira (PL) garante prioridade de atendimento psicossocial, no sistema municipal de saúde de Campinas, a mães que se dedicam integralmente ao cuidado de filhos com TEA.

Prevenção

A comissão vota ainda o projeto do ex-vereador Zé Carlos (PSB), que institui O Programa de Atendimento a Pessoas com Distúrbios Respiratórios do Sono, para prevenir e tratar essas enfermidades. Vota ainda o PL de Carlinhos Camelô (PSB) que implanta a Política Municipal de Prevenção da Cegueira por Degeneração Macular Relacionada à Idade (DMRI), por meio de ações de prevenção, diagnóstico precoce e retardamento da progressão da doença no âmbito do SUS.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Comissão Especial de Estudos para o novo Plano Municipal de Educação

Plano Municipal de Educação

A Câmara de Campinas aprovou a criação de uma comissão especial para acompanhar a elaboração do novo Plano Municipal de Educação (PME), que vai definir as diretrizes da área para os próximos dez anos. O grupo será composto por Paulo Haddad (PSD), Dr. Yanko (PP), Roberto Alves (Republicanos) e Bene Lima (PL). Será presidido por Wagner Romão (PT) e terá 180 dias para realizar estudos, debates e audiências, acompanhar indicadores e apresentar sugestões.

Diagnóstico

Campinas terá até 15 meses, após a publicação da nova legislação nacional, para concluir o plano. Romão defende que o PME seja construído com base em um diagnóstico atualizado da educação municipal e em metas que possam ser acompanhadas. Entre os temas previstos estão financiamento, infraestrutura, inclusão, permanência dos estudantes, valorização dos profissionais e qualidade do ensino.

PINGA-FOGO

Mobilidade Urbana

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara realiza nesta quinta (20), às 14h, a 6ª Reunião Ordinária de 2026, com uma palestra sobre mobilidade urbana. O encontro será aberto à população e ocorrerá no Plenarinho da Casa, com apresentação do engenheiro Olival Nogueira de Matos, especialista em políticas públicas de mobilidade.

Integração

A exposição vai tratar a mobilidade urbana como uma política pública que envolve mais do que trânsito e transporte. A proposta é discutir a relação com o planejamento das cidades, a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida. Entre os temas estão a integração entre mobilidade, meio ambiente e desenvolvimento urbano.

Política Nacional

Matos é autor de "Mobilidade Urbana no Brasil – Compreendendo a Política Nacional de Mobilidade Urbana", lançado em primeira edição digital este ano. A obra tem caráter técnico e reúne 28 capítulos distribuídos em seis partes, com conteúdos sobre princípios, diretrizes e objetivos da legislação, além do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

Integral

Aborda ainda modos não motorizados, transporte coletivo e individual, mobilidade de cargas, logística urbana, integração entre diferentes meios de deslocamento, governança e planos municipais de mobilidade. Também trata de política tarifária, financiamento, instrumentos de gestão, segurança viária, sustentabilidade e gestão democrática.

Marco Legal

Aborda também os cenários futuros do setor no país e as mudanças legislativas previstas pela Lei nº 15.432/2026, que terá vigência a partir de 14 de junho de 2027, criando o Marco Legal do Transporte Público Coletivo Urbano, estabelecendo novas regras para prestação e financiamento do serviço.

Tarifas

A norma busca ampliar o acesso, a qualidade e a segurança, diversificar as fontes de custeio e reduzir a dependência das tarifas. Também prevê integração dos sistemas, sustentabilidade e melhoria da mobilidade urbana, com maior participação do poder público na organização do setor.

EMDEC

Decisão do TCE preserva edital da concessão do transporte publicado em 2025

Anulação do leilão do transporte gera reação da oposição

Prefeitura informou que prepara um novo leilão, também na B3, na Capital

Por **Raquel Valli**

A decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) de anular o leilão da concessão do transporte público de Campinas, estimado em R$ 11,8 bilhões, provocou reação de vereadores da oposição, que responsabilizaram a prefeitura pelo resultado e cobraram mudanças na condução do processo.

O vereador Wagner Romão (PT) afirmou que a decisão abre um novo caminho para a licitação, mas, expõe falhas da Emdec e da Secretaria de Transportes. Além disso, pontua que a anulação prolonga problemas enfrentados pelos usuários, como atrasos e ônibus em condições precárias. Defende que a prefeitura assuma a operação do sistema até a conclusão da nova licitação.

Gustavo Petta (PCdoB) classificou o episódio como mais um capítulo de uma gestão que considera problemática. Segundo ele, os usuários pagam caro por um serviço de baixa qualidade, enquanto as empresas atuais são beneficiadas pela manutenção dos contratos e deixam de cumprir exigências previstas para a nova concessão.

A decisão do TCE-SP determinou a anulação da etapa de apresentação das propostas. A Prefeitura deverá refazer a entrega e a abertura dos envelopes. Os estudos já realizados poderão ser aproveitados, desde que estejam adequados às exigências do Tribunal. O município também deverá comunicar previamente o TCE-SP antes de iniciar uma nova licitação.

A prefeitura informou que prepara um novo leilão, novamente na B3. Antes da republicação do edital, será feita uma nova pesquisa de preços para atualizar os valores. A expectativa é realizar o novo certame ainda em 2026, mantendo a concorrência e a segurança jurídica.

Entre as irregularidades apontadas pelo relator Dimas Ramalho, estão a alteração do valor máximo da tarifa paga ao operador do Lote Sul e da estimativa de funcionários. O Tribunal também questionou o prazo dado para a revisão das propostas, o acesso a documentos técnicos da consultoria contratada e a disponibilidade de laudos apresentados pelas empresas durante a fase de recursos.

Outro problema apontado foi a formalização tardia das análises sobre a viabilidade financeira das propostas, realizada cerca de um mês após a disputa.

Conti quer que retire urgência de PL de dívida de R$ 337 mi do Camprev

Prefeitura nega prejuízos e defende que o rito acelerado é para cumprir prazo federal

Por **Moara Semeghini**

A vereadora Mariana Conti (PSOL) solicitou formalmente nesta quarta-feira (19) a retirada do regime de urgência do Projeto de Lei Complementar (PLC nº 65/2026), proposta que autoriza a Prefeitura de Campinas a parcelar débitos previdenciários com o Camprev em até 300 meses (25 anos). Enquanto a parlamentar aponta falta de transparência e riscos à aposentadoria dos servidores, a Administração Municipal argumenta que o montante atualizado da dívida é de R$ 337,8 milhões e defende que o rito acelerado é necessário para cumprir prazos federais.

CÂMARA DE CAMPINAS

Conti solicitou retirada da urgência do Projeto que autoriza parcelamento de débitos em até 300 meses (25 anos)

No requerimento apresentado à Câmara, Conti alega que a matéria tramita sem a disponibilização prévia de dados essenciais, como a composição detalhada dos débitos, projeções de fluxo de caixa e pareceres atuariais. A parlamentar criticou a celeridade da votação, afirmando que "esse projeto que está tramitando em regime de urgência na Câmara de Campinas é a antessala do aumento da idade de aposentadoria, a preparação de mais um golpe do governo Dário contra os servidores."

Em contrapartida, o Executivo sustenta que os estudos técnicos e atuariais foram devidamente elaborados pela equipe da própria autarquia previdenciária. A gestão municipal explica que a operação projeta um ganho de IPCA + 0,48% ao mês para o fundo, rendimento que considera superior às opções disponíveis hoje no mercado financeiro.

A Administração Municipal acrescentou ainda que a ampliação do prazo de quitação trará alívio financeiro direto para os cofres públicos. Segundo a Prefeitura, a diluição da dívida reduzirá o valor das prestações mensais, gerando um potencial de economia estimado em R$ 45 milhões por ano, o equivalente a cerca de R$ 3,7 milhões a menos por mês no orçamento da cidade.

Outro ponto questionado pela oposição é o uso de repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como garantia e a dúvida sobre a inclusão de contribuições já descontadas dos servidores. A Prefeitura esclarece que a medida trata-se de um reparcelamento que tem origem no superávit do Camprev e afirma que a vinculação do FPM é uma exigência legal estabelecida pela Emenda Constitucional nº 136/2025.

Para a vereadora, a discussão deve ser pausada até que todos os documentos solicitados ao Executivo sejam entregues: "Um projeto tão importante não pode ser votado de forma atropelada e sem a documentação necessária. Por isso, peço a retirada imediata da urgência, permitindo que a Câmara, os servidores e a sociedade analisem seus impactos antes da votação."

A Prefeitura, por sua vez, reitera que a urgência na tramitação se justifica pelo prazo regulamentar imposto pela legislação federal para a adesão dos municípios.

Haddad: Trem Intercidades e túnel Santos-Guarujá só avançaram pelo apoio federal

Por **Moara Semeghini**

Em sabatina concedida à rádio Jovem Pan, o candidato ao governo de São Paulo e ex-ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) voltou a declarar que importantes projetos de infraestrutura do estado só avançaram devido ao apoio do governo federal. Segundo ele, empreendimentos como o Trem Intercidades, que liga Campinas a São Paulo, cujas obras começaram em março deste ano, e o túnel submerso entre Santos e Guarujá contaram com o apoio do governo Lula (PT) e respaldo financeiro da gestão federal por meio do BNDES e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "São Paulo recebeu R$ 3 bilhões de financiamento no governo Bolsonaro, porque o Bolsonaro não gostava do ex-governador, João, Dória. O presidente Lula botou já R$ 13,7 bilhões, quatro vezes mais, e eu não estou falando nem da renegociação da dívida", disse.

DIOGO ZACARIAS/HADDAD

Haddad: projetos de infraestrutura só avançaram graças ao apoio federal

Haddad criticou a demora de Tarcísio aderir ao programa federal para a renegociação do débito paulista com a União. Segundo ele, os oito meses de atraso no processo custaram R$ 8 bilhões aos cofres do Estado. O candidato ressaltou que a medida alivia o pagamento de juros em R$ 1 bilhão por mês (R$ 12 bilhões anuais) e garantiu que irá reequilibrar as finanças paulistas.

Haddad reiterou críticas à liberação das bets e jogos eletrônicos no País e disse que Jair Bolsonaro não fez nada para resolver o problema, e que somente com sua chegada ao Ministério da Fazenda as bets foram regulamentadas e taxadas.

Viracopos reduz tempo de controle imigratório em 66,6%

Da **Redação**

O Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, reduziu de 30 para 10 minutos o tempo necessário para um grupo de 200 passageiros passar pelo controle migratório no embarque e desembarque internacional. A redução de 66,6% foi possível após a instalação de nove novos equipamentos automatizados de controle de fronteira, que utilizam tecnologia de biometria.

Com a mudança, o terminal internacional passou a contar com três equipamentos no embarque e seis no desembarque. Antes, eram apenas três equipamentos, sendo um no embarque e dois no desembarque. Os antigos foram retirados de operação.

Cada novo equipamento, chamado de ABC Gate (portão eletrônico), tem capacidade para processar até seis passageiros por minuto. O sistema permite a conferência automatizada da identidade por meio de biometria, agilizando a passagem pelo controle migratório.

Os equipamentos podem ser utilizados exclusivamente por brasileiros natos ou naturalizados. Passageiros estrangeiros continuam passando pelo procedimento convencional, nas cabines da Polícia Federal, para a conferência dos documentos.

A nova estrutura foi instalada pela concessionária Aeroportos Brasil Viracopos em parceria com a SITA, a brasileira Digicon, a Polícia Federal e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS/DIVULGAÇÃO

Viracopos reduz tempo de controle imigratório em 66,6%

CORREIO GRANDE CAMPINAS

MAGNIIFIC

Medida evita diferenças entre preços e valores cobrados na bomba

Câmara aprova nova regra para preço de combustível nos postos

A Câmara de Santa Bárbara d'Oeste aprovou, na sessão de terça-feira (18), projeto que proíbe postos de combustíveis de anunciarem valores diferentes dos cobrados na bomba. A proposta, de autoria do vereador Paulo Monaro (PSD), recebeu 15 votos favoráveis. A medida busca garantir que o preço divulgado em placas, painéis e outros meios de publicidade corresponda ao valor efetivamente cobrado do consumidor no abastecimento. A proposta também pretende ampliar a transparência e evitar que motoristas sejam atraídos por preços que não correspondam ao valor final. A regra vale para anúncios em diferentes formatos e busca impedir divergências entre a publicidade e o preço apresentado no momento do pagamento pelo combustível. O projeto segue os trâmites necessários para entrar em vigor.

Valinhos reforça ações de zeladoria urbana

Valinhos intensificou nesta quarta-feira (19) os serviços de zeladoria em diferentes regiões da cidade. As equipes realizaram roçada, capina manual e mecanizada, manutenção de áreas com girozero e jardinagem. Os trabalhos ocorreram em vias, áreas verdes e outros espaços públicos, em locais como Joapiranga, Capuava, Avenida dos Imigrantes e região do Viaduto Laudo Natel. As ações ajudam a manter os espaços públicos limpos e conservados, além de garantir mais segurança aos moradores.

PREFEITURA DE AMERICANA

Equipes intensificam serviços de zeladoria em Valinhos

Hortolândia está entre as 20 mais urbanizadas

Hortolândia está entre as 20 cidades mais urbanizadas do Brasil, segundo levantamento divulgado nesta semana. O município é o único representante da Região Metropolitana de Campinas (RMC) entre os 20 primeiros colocados. O ranking considera a proporção de áreas urbanizadas nos municípios brasileiros. A presença de Hortolândia entre as cidades de destaque reforça o avanço da ocupação urbana e a expansão da infraestrutura local. O ranking foi divulgado pelo Estadão. Resultado evidencia o crescimento urbano.

Câmara aprova QR Code em notificações

A Câmara de Americana aprovou projeto que permite incluir QR Code e outros mecanismos digitais em notificações oficiais. A ferramenta permitirá que moradores consultem, pelos canais do município, a autenticidade dos documentos e informações sobre os processos. A medida busca ampliar a transparência e evitar golpes com falsas comunicações de fiscalização, pelos canais oficiais municipais

Semana agrícola

Valinhos iniciou nesta quarta-feira, 19, a 1ª Semana da Agricultura, com atividades voltadas ao setor rural. A programação inclui a apresentação da Lei da Patrulha Agrícola Mecanizada e do Decreto de Pagamento por Serviços Ambientais. A iniciativa reúne medidas de apoio aos produtores e ações ligadas ao desenvolvimento.

Obra viária no Sabiás

Indaiatuba iniciou as obras de interligação da Avenida Nelson José de Campos, no Parque Residencial Sabiás. A intervenção amplia a conexão viária da região e deve melhorar a circulação. O início dos trabalhos foi divulgado nesta quarta-feira, 19, com a obra voltada à integração urbana do bairro e à melhoria dos deslocamentos.

Vistoria de táxis

Valinhos iniciou nesta quarta-feira, 19, a vistoria semestral dos táxis que circulam no município. O trabalho é realizado pela Mobilidade Urbana e verifica as condições dos veículos e itens ligados à segurança. A fiscalização integra o acompanhamento do transporte individual e busca garantir veículos adequados à população.

Parque dos Lagos

Jaguariúna iniciou a revitalização do Parque dos Lagos, com obras de recuperação do espaço e desassoreamento das lagoas. A intervenção busca melhorar as condições e preservar a estrutura ambiental. Os trabalhos fazem parte das ações municipais de manutenção e recuperação de áreas públicas da cidade, segundo o governo municipal.

Controle na Praia Azul I

Americana aplicou nesta terça-feira (18) o agente biológico Metarhizium na Orla da Praia Azul para controlar o carrapato-estrela, transmissor da febre maculosa. O produto é um fungo usado no combate ao carrapato sem agredir o meio ambiente e os animais. A ação ocorreu em uma área considerada de risco para a presença do parasita.

Controle na Praia Azul II

A orientação é evitar áreas de risco, como margens de rios, córregos, lagoas e represas. Caso seja necessário entrar nesses locais, é recomendado usar roupas claras, botas de cano alto e verificar o corpo a cada três horas. Em caso de suspeita de febre maculosa, a orientação é procurar atendimento médico imediatamente

PREFEITURA DE AMERICANA

Obras visam a ampliação da capacidade operacional do aeroporto

Intervenção no Aeroporto de Americana entra em nova fase

Pavimentação teve início na terça e aeroporto ficará fechado por 15 dias

Da **Redação**

As obras de modernização do Aeroporto Municipal de Americana "Augusto de Oliveira Salvação" entraram em nova fase na terça-feira (18), com o início da pavimentação do alargamento da pista e a revitalização do trecho existente. A previsão é concluir esta etapa em até 15 dias. Durante o período, o aeroporto ficará fechado para pousos e decolagens, segundo a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (Sosu).

Os serviços começaram com a fresagem da pista e a aplicação de binder, camada intermediária entre a base e a capa de rolamento. Nas faixas ampliadas, já foram executados o reforço do subleito e a aplicação de BGS (Brita Graduada Simples). Os trabalhos também abrangem a área de giro e as pistas de taxiway.

A intervenção faz parte do projeto de ampliação da capacidade operacional do aeroporto. As melhorias devem permitir a operação de aeronaves de maior porte da aviação geral, contribuindo para o desenvolvimento de Americana e da região.

Os projetos executivos foram aprovados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em 2025. A autorização para as obras saiu no fim de abril, e os serviços começaram em maio.

As obras incluíram a terraplenagem para o alargamento da pista, o aterro das RESAs (áreas de segurança) das cabeceiras 12 e 30 e a preparação das áreas laterais. Também estão previstas a execução da drenagem, a instalação de novo balizamento luminoso, sinalização horizontal e vertical, farol iluminado e biruta.

O projeto contempla ainda a instalação do sistema visual indicador de rampa de aproximação (PAPI) nas duas cabeceiras, permitindo operações noturnas. Com as intervenções, o aeroporto poderá operar aeronaves classificadas até o código 2C, incluindo modelos ATR 42.

Nesta primeira etapa, o investimento será de aproximadamente R$ 16 milhões, com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), vinculado ao Ministério de Portos e Aeroportos.

A execução está sob responsabilidade do Consórcio Aeroporto Americana, vencedor da licitação, formado pelas empresas Talude Construções S.A. e Converd Construção Civil Ltda. A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos acompanha e fiscaliza os serviços.

CORREIO DAS REGIÕES

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE PIRACICABA

Unidade é aguardada após mais de 20 anos de espera da comunidade

Escola em Piracicaba terá geração própria de energia solar inédita

A nova escola do bairro Santana, em Piracicaba, será a primeira da rede municipal com geração própria de energia solar; a unidade começou a ser construída no mês passado e contará com 136 placas fotovoltaicas instaladas na cobertura. Com investimento de R$ 12,99 milhões, a EMEIF terá capacidade para atender até 450 alunos em período parcial e cerca de 370 em tempo integral. A obra atende a uma demanda antiga da comunidade, aguardada há mais de 20 anos, e foi planejada para aliar ampliação de vagas com eficiência energética e redução de custos no consumo de eletricidade, além de contar com sistema de monitoramento da energia gerada e dispositivos de proteção elétrica, integrados à rede da concessionária, permitindo melhor controle do consumo e mais sustentabilidade no funcionamento da unidade.

Bobi assume presidência da Câmara de Taubaté

O vereador Rodson Lima Bobi (PRD) assumiu a presidência da Câmara de Taubaté. Ele substitui o presidente vereador Richardson da Padaria (União), que está de licença para tratar de assuntos particulares no período de 19 de agosto a 4 de outubro. Rodson está no terceiro mandato e é o 1º vice-presidente da Câmara. Permanecem na Mesa Diretora os vereadores Bilili de Angelis (PP), que é o 2º vice-presidente e está afastado até 9 de setembro; João Henrique Dentinho (PP), 1º secretário; e Ariel Katz (PDT), atual 2º secretário.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE TAUBATÉ

Rodson está no terceiro mandato e é o 1º vice-presidente da Câmara

Limeira avança para readequar o Mercadão

A Prefeitura de Limeira declarou de utilidade pública cinco imóveis no entorno do Mercadão para viabilizar a readequação da área, com foco em melhorar o trânsito e a circulação de pedestres; a medida permite avançar em estudos técnicos e avaliações para futura desapropriação e execução do projeto de revitalização do Centro, incluindo abertura e alargamento de vias e reorganização do fluxo urbano na região central da cidade. Os imóveis passam por avaliação com apoio do Creci, e a desapropriação poderá ocorrer por acordo ou via judicial.

Programa do Samae zera juros em Tietê

A Câmara Municipal de Tietê aprovou projeto que cria programa de regularização de débitos do Samae, com descontos de até 100% em juros e multas e opções de parcelamento. A adesão poderá ser feita em até 90 dias após a publicação da lei, para dívidas vencidas até o fim de 2025, incluindo valores inscritos ou não em dívida ativa e parcelamentos anteriores não quitados, com valor mínimo por parcela fixado.

LOA 2027 em Rio Preto

A Câmara de São José do Rio Preto realiza audiência pública para discutir a LOA 2027, nesta quinta, às 18h30, no plenário. A população pode participar presencialmente ou enviar sugestões online, que poderão virar emendas ao orçamento do próximo ano. A proposta define receitas e despesas do município e deve ser votada até novembro.

Novo diretor do CEO

Pedro Lealdini é o novo diretor do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), em Mogi Guaçu, com foco em ampliar atendimentos e reduzir filas; cirurgião-dentista com mais de 30 anos de experiência na rede municipal, ele pretende fortalecer os serviços e otimizar o acesso da população, além de melhorar fluxos internos.

Educação sem vagas

O vereador Gabriel Gomes Curió pediu cautela ao tratar da falta de vagas em creches e escolas, destacando que é preciso diferenciar ausência real de atendimento de casos em que há vaga na rede, mas não na unidade desejada; segundo ele, nenhuma criança pode ficar sem acesso à educação básica e a prioridade deve ser garantir esse direito.

Transporte universitário

A Prefeitura de Mairinque abriu pré-cadastro para levantamento da demanda por transporte universitário, com participação on-line até 30 de agosto; a ação busca mapear necessidades dos estudantes, mas não garante benefício, passe ou auxílio, servindo apenas como base para planejamento público e futuras políticas voltadas à mobilidade estudantil.

Faixa Azul em Franca

A Câmara de Franca aprovou o programa "Faixa Azul", que prevê a criação de corredores preferenciais para motos em avenidas da cidade, com objetivo de aumentar a segurança e reduzir acidentes; a implantação dependerá de estudos técnicos e poderá ocorrer de forma gradual, com campanhas educativas e análise das vias.

R$ 746 mil em créditos

A Câmara de Araraquara aprovou projetos nas áreas de lazer e saúde e a abertura de créditos que somam mais de R$ 746 mil, além de mudanças em conselho municipal e outras medidas; os recursos serão destinados a ações sociais, obras de saneamento e programas públicos do município, incluindo apoio a projetos culturais e assistência social.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SOROCABA

Vídeo publicado nas redes sociais teve mais de 1,3 milhão de visualizações

Rodrigo Manga é investigado por suspeita de racismo em vídeo

Inquérito civil apura conteúdo publicado nas redes sociais que simula violência

Da **Raphaela Cordeiro**

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) instaurou um inquérito civil para investigar o prefeito de Sorocaba, Rodrigo Maganhato, conhecido como Rodrigo Manga (Republicanos), por suspeita de discriminação racial em um vídeo publicado nas redes sociais. A portaria foi assinada no dia 14 de agosto pela Promotoria de Justiça de Direitos Humanos do município.

De acordo com o documento, a investigação tem origem em uma representação que aponta a veiculação de um vídeo institucional em que há a simulação de mutilação de um suposto autor de furto, interpretado por um ator negro. A conduta foi classificada na denúncia como racista, classista e violadora de direitos humanos, ao reforçar estereótipos que associam pessoas negras à criminalidade.

Ainda segundo o MP, o conteúdo pode ter causado danos morais coletivos à população negra, além de ferir princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana, a igualdade e a vedação à discriminação racial. A promotoria também aponta possível apologia à violência, com potencial de estimular discursos e práticas discriminatórias.

O material investigado foi publicado em 22 de abril e, até o momento, soma mais de 1,3 milhão de visualizações no perfil do prefeito no Instagram, o que, segundo o MP, reforça a necessidade de análise sobre seu alcance e impacto social.

Como parte das diligências iniciais, o promotor Jorge Alberto de Oliveira Marum determinou a notificação do investigado para que apresente informações e eventuais documentos no prazo de 30 dias. Também foi solicitado o compartilhamento de dados de um procedimento criminal relacionado ao caso, atualmente sob análise da Procuradoria-Geral de Justiça.

Além disso, a Central de Apoio à Execução (Caex) foi acionada para elaborar um laudo pericial que avalie a permanência do conteúdo, seu alcance, repercussão e métricas de engajamento nas redes sociais, com preservação das evidências digitais, incluindo registros da publicação original.

O Correio da Manhã solicitou posicionamento da Prefeitura de Sorocaba, mas não obtivemos retorno.

CORREIO ECONÔMICO

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

Ministro disse que haverá mobilização da base no Congresso

Governo fará esforço por fim da taxa das blusinhas, diz Durigan

O governo federal vai concentrar esforços, na próxima semana, para mobilizar a base no Congresso Nacional e avançar com a medida provisória (MP) da chamada taxa das blusinhas. O texto zera o imposto de importação de 20% sobre compras de até US$ 50 feitas pela internet. A declaração foi feita na quarta (19) pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan.

"O esforço do governo é mobilizar a base do Congresso Nacional. Constituir a comissão mista da medida provisória", disse Durigan, ao participar do Fórum Saúde, promovido pela Esfera Brasil e pela EMS, em Brasília.

Na semana passada, a instalação da comissão parlamentar mista que vai analisar a MP foi adiada. O texto perde a validade no dia 8 de setembro caso não seja aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado.

Capacitação em IA para empreendedoras

Mulheres poderão participar de uma capacitação em inteligência artificial para empreendedoras. Ao final do processo, 50 negócios serão selecionados para receber recursos no formato de capital semente para a implementação dos projetos desenvolvidos no curso. São ofertadas 5 mil vagas, sendo metade para mulheres negras. Disponibilizado pelo Ministério do Empreendedorismo da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte em parceria com o Instituto Rede Mulher Empreendedora, o curso começa em setembro.

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

Após curso, 50 negócios receberão recursos para projetos

Beneficiários recebem Bolsa Família de agosto

A Caixa Econômica Federal pagou na quarta-feira (19) a parcela de agosto do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social de final 2. Neste mês, 19,3 milhões de família serão beneficiadas, com o valor médio do benefício em R$ 678,35. Os moradores de 186 municípios de sete estados receberam o crédito nessa terça-feira (18), independentemente do número final do NIS. O pagamento unificado beneficiou localidades em situação de emergência ou em estado de calamidade pública.

Dívida bancária chega a R$ 26 bilhões

A dívida do governo do Rio de Janeiro com instituições financeiras chega a R$ 26 bilhões, disse nesta terça-feira (18) o governador em exercício, Ricardo Couto. Após reunião com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, em Brasília, Couto afirmou que o Estado busca uma reestruturação dos débitos para reduzir o custo financeiro e reorganizar as contas públicas.

Agricultura sustentável I

A Embrapa divulgou nesta semana recomendações de políticas sustentáveis sobre o setor agrícola e sugestões de prioridades para candidatos nas eleições de outubro. A publicação é baseada em evidências científicas e defende a ampliação e a estabilidade dos investimentos em ciência, tecnologia, inovação e inclusão socioprodutiva.

Agricultura sustentável II

Os técnicos da Embrapa entendem que a agricultura ocupa posição estratégica para o Brasil, pela contribuição para a economia, pela relação com a segurança alimentar e pela necessidade de adaptação às mudanças do clima, transição energética e o desenvolvimento territorial. O documento está disponível no site da empresa.

Inovação digital I

O primeiro eixo de políticas públicas propostas pelo Sebrae aos cidadãos que vão concorrer à Presidência da República e aos governos estaduais, está ligado ao tema da inovação e transformação digital. As ideias constam no Guia de Candidaturas, lançado pelo Sebrae para reforçar o desenvolvimento dos pequenos negócios.

Inovação digital II

As sugestões são inspiradas em experiências bem-sucedidas e servem de apoio na elaboração de programas de governo. De acordo com levantamento, quase 75% dos pequenos negócios já vendem por meios digitais. A presença, porém, é embrionária: menos de 13% utilizam a internet para cursos, marketplaces ou sistemas de gestão.

Interesses da indústria I

As Superintendências de Assuntos Legislativos (SULEG/DRI) e de Desenvolvimento Humano (SDH) da Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançaram, nesta terça-feira (18), o curso corporativo "Defesa de Interesses na Esfera Federal". As aulas servirão para capacitar analistas, especialistas, gestores e demais funcionários.

Interesses da indústria II

O objetivo é garantir que as demandas do setor produtivo sejam comunicadas e defendidas com assertividade diante do poder público. "Não basta apenas representar; é necessário que isso seja feito com excelência, construindo reputação institucional", afirma o diretor de Relações Institucionais da CNI, Roberto Muniz.

JUCA VARELLA/AGÊNCIA BRASIL

Página especial tem o objetivo de descomplicar Reforma Tributária

Reforma: cartilha ajuda pequenos negócios em dúvidas comuns

Hub digital do Sebrae reúne cursos e seção de Perguntas e Respostas

Da **Redação**

O Sebrae disponibilizou uma nova página sobre Reforma Tributária para apoiar as micro e pequenas empresas em relação as informações necessárias na hora de escolher a melhor opção de regime tributário para 2027. O espaço digital foi idealizado para traduzir o tema de forma direta e acessível.

A página oferece ferramentas e soluções práticas para que o empreendedor entenda as mudanças e prepare seu negócio com antecedência, reunindo um ecossistema completo de capacitações e orientações gratuitas:

Curso "Descomplique a Reforma Tributária": capacitação online desenvolvida para desmistificar conceitos e apresentar os pilares do novo modelo de tributação sobre o consumo;

Fale com o Especialista: serviço de consultoria individual e 100% gratuita, com duração de 1 hora, na qual o empreendedor conversa diretamente com um consultor para entender os impactos específicos da reforma em seu segmento;

UP Digital Tributação: solução focada na adequação digital e operacional dos processos fiscais e financeiros da empresa, preparando o negócio para as novas exigências de gestão;

Cartilha sobre a Reforma Tributária: material informativo para download que detalha o panorama das mudanças, os prazos de transição e os reflexos nas rotinas de compras, vendas, formação de preços e emissão de notas;

Perguntas e Respostas: um repositório de dúvidas frequentes atualizado constantemente, cobrindo os principais questionamentos dos pequenos negócios sobre impostos, regimes de tributação e obrigações acessórias.

Ferramentas digitais gratuitas para apoio na gestão financeira como o Fluxo de Caixa Sebrae, que permite você controlar suas receitas e despesas, o Emissor de Nota Fiscal, que permite o empreendedor emitir notas de forma gratuita e a planejadora voltada para um planejamento financeiro completo para o seu pequeno negócio.

"Quanto mais informados e apoiados, mais competitivos e sustentáveis os pequenos negócios se tornam. A página especial reforça o compromisso do Sebrae para que as micro e pequenas empresas e MEI tenham a orientação necessária para atravessar a transição tributária com planejamento, informação atualizada e confiança para continuar desenvolvendo seu negócio", afirma o presidente do Sebrae, Rodrigo Soares.

CORREIO ESPORTIVO

POR **PEDRO SOBREIRO**

REPRODUÇÃO/ INSTAGRAM

Leandro Henrique tinha 27 anos; Jockey Club lamentou a morte

Jóquei falece aos 27 anos, após queda no Hipódromo da Gávea

Morreu nesta quarta-feira (19) o jóquei Leandro Henrique, 27, três dias após sofrer uma queda durante uma competição no Jockey Club Brasileiro, na zona sul do Rio de Janeiro.

Leandro sofreu acidente no segundo páreo do domingo (16). Ele foi internado no hospital municipal Miguel Couto, na Gávea, ao lado do Jockey Club, com quadro de traumatismo craniano e fraturas no tronco.

O jóquei foi transferido para um hospital particular e chegou a apresentar sutil melhora nos estímulos no CTI (Centro de Terapia Intensiva), mas morreu na madrugada.

O Jockey Club Brasileiro divulgou nota em que afirma que Leandro "deixa uma trajetória marcante no turfe brasileiro e uma profunda saudade entre familiares, amigos, profissionais e admiradores do esporte".

Yuki Tsunoda volta ao grid da Fórmula 1

Após uma má temporada como segundo piloto da Red Bull em 2025, o piloto japonês Yuki Tsunoda foi rebaixada a piloto de testes da Red Bull e da Racing Bulls para a temporada 2026. Porém, nesta volta das férias da F1, o franco-argelino Isack Hadjar, da Red Bull, lesionou o punho e não poderá disputar o Grande Prêmio da Holanda, em Zandvoort, o que rendeu uma verdadeira dança das cadeiras na escuderia. Neste fim de semana, o companheiro de Max Verstappen no grid será Liam Lawson, promovido da Racing Bulls.

GETTY IMAGES / RED BULL CONTENT POOL

Yuki Tsunoda vai correr no GP da Holanda pela Racing Bulls

Danças das cadeiras nos paddocks da Red Bull

Com a ida de Lawson para a Red Bull, o britânico Arvid Lindblad virou o piloto principal da Racing Bulls. Com a vaga aberta para o segundo piloto, o time trouxe de volta Yuki Tsunoda. Essa pode ser a última oportunidade do japonês na Fórmula 1, já que ele vem negociando uma transferência para a Meyer Shank Racing, na IndyCar.

"Agradecemos a Liam e Yuki por sua adaptabilidade enquanto as equipes se preparam para o fim de semana e desejamos a Isack uma rápida recuperação", disse a nota da Red Bull.

Fase atual pode ser a despedida do japonês

Yuki permanecerá no grid até o retorno de Hadjar aos paddocks. Ainda não há uma previsão de retorno para o franco-argelino, mas parece pouco provável que essa mudança venha de forma definitiva. Não só porque Hadjar vem fazendo uma temporada considerada boa pela Red Bull, mas também porque Lawson vem se destacando pela Racing Bulls em 2026. Ao que tudo indica, essa pode ser a "Last Dance" de Tsunoda na F1.

NFL no Rio I

O jogo entre Baltimore Ravens e Dallas Cowboys, que será realizado no Maracanã no dia 27 de setembro, marcando a primeira partida da NFL, liga de futebol americano dos EUA, no Rio de janeiro, confirmou sua transmissão televisiva oficial. O jogo terá cobertura exclusiva do Grupo Globo, que realizará a transmissão via TV Globo, Sportv e Ge TV.

NFL no Rio II

Nesta semana, a organização do evento já havia confirmado as atrações oficiais do show do intervalo, o famoso "Halftime Show". A apresentação será comandado pelo ícone pop Ricky Martin, que será acompanhado do cantor e DJ brasileiro, Pedro Sampaio. O jogo deve marcar o maior público da história da NFL no Brasil.

João Fonseca

O tenista carioca João Fonseca retornou ao Rio de Janeiro na quarta (19) para tratar o "pequeno incômodo no lado esquerdo do abdômen", que o fez desistir do Masters 1000 de Cincinatti, nos Estados Unidos, antes de enfrentar na terceira fase o tenista australiano Christopher O'Connell, atual número 129 do mundo no ranking.

US Open é a meta

A ideia do time era permancecer nos EUA, após os Masters 1000 do Canadá e de Cincinatti, visando a preparação para a disputa do US Open, que começa no domingo (30). Torneio para o qual, inclusive, João Fonseca continua inscrito. Essa foi a quarta desistência de Fonseca na temporada, que vem sofrendo com uma série de lesões.

Copa Davis no Rio

A equipe de João Fonseca afirmou que o problema não parece ser grave e confirmou que o tenista tem o torneio de Nova York como foco. Se não houver modificações no calendário, Fonseca irá jogar, após o Grand Slam americano, a Copa Davis (18 e 19 de setembro), contra a Suíça, na Farmasi Arena, na zona sudoeste do Rio de Janeiro.

Hortência é candidata

Figurinha carimbada no hall de ídolos nacionais, a campeã mundial de basquete Hortência é a única brasileira entre as nove indicadas ao prêmio de maior atleta da história das Copas do Mundo, que é promovido pela Federação Internacional da modalidade (Fiba). A entidade abriu votação popular na terça-feira (18) no site do próximo Mundial.

CBV

Momento do vôlei brasileiro requer atenção da entidade do esporte

CBV admite insatisfação com momento do vôlei brasileiro

Eliminação no Mundial Sub-17 feminino acendeu alerta na entidade

Por **Claudinei Queiroz (Folhapress)**

Os últimos resultados da seleção brasileira masculina de vôlei levantaram a discussão sobre a falha na formação de talentos no país. O Brasil deixou a posição de um dos maiores favoritos ao pódio para lutar para chegar às fases finais dos torneios. Nesta semana, a seleção feminina sub-17 também acendeu a luz amarela ao ser eliminada ainda na primeira fase do Mundial da categoria, no Chile, ao perder quatro dos cinco jogos que disputou.

Esta é a segunda edição do Mundial desta categoria. Em 2024, na primeira, a equipe terminou em quinto, vencendo seis dos sete jogos disputados (eliminada nas quartas).

Em nota à reportagem, a CBV (Confederação Brasileira de Vôlei) reconheceu que os resultados obtidos pelas seleções de base não têm sido os esperados. Por isso, diz estar insatisfeita, mas destacou que é necessário lembrar que o cenário esportivo mudou de uma maneira geral, com as disputas mais niveladas em todos os esportes. "A solução não é simples e vai precisar de tempo para gerar efeitos sustentáveis."

"A situação é complexa. Não existem razões isoladas ou soluções únicas para este momento. É necessário aumentar o número de praticantes, e a massificação do esporte na escola seria um passo muito importante não só para a iniciação ao voleibol mas, sim, para todos os esportes", afirmou a entidade.

Ela também enfatizou que estímulos públicos para o surgimento de novos clubes e para manutenção dos atuais seriam fundamentais em uma cadeia de desenvolvimento que também venha a gerar espaços adequados e oportunidades de trabalho para profissionais do voleibol, entre outras ações.

"O apoio público às federações estaduais, que são as maiores responsáveis pela capilarização dos esportes em suas regiões, proporcionando ainda mais competições com custos mais baixos, contribuiria muito para o surgimento de novos talentos."

Por fim, a CBV cobrou a criação de políticas públicas integradas que gerem o interesse em número bem maior de jovens na prática de esportes. "Isso ajudaria não só o voleibol mas todo o esporte brasileiro. Caso contrário, vamos sempre estar em busca de bons momentos geracionais que virão de tempos em tempos."

Segundo a entidade, há 657 equipes em competições nacionais neste ano, o que dá mais de 9 mil atletas em disputa, a maioria nas categorias de base.

CORREIO NO MUNDO

DANIEL TOROK/ CASA BRANCA

Rússia teme um ataque por parte da Otan até o final da década

Manobra militar de surpresa da Otan gera alarme na Rússia

A Otan realizou uma manobra militar de surpresa perto da região russa de Kaliningrado, um exclave entre a Polônia e a Lituânia, causando alarme na Rússia. O mar Báltico é um dos principais pontos de atrito entre o país de Vladimir Putin e a aliança militar liderada pelos Estados Unidos. Foram mobilizados cerca de 25 aeronaves, segundo o que foi possível acompanhar em sites de monitoramento de tráfego aéreo, ao longo da terça (18). A frota incluía aviões de caça dos EUA e da Noruega e uma variedade de aeronaves de vigilância e reabastecimento aéreo de diversos países da Otan. Chamou a atenção a presença de helicópteros de ataque AH-64 Apache americanos, arma para incursões contra alvos costeiros que foi amplamente usada contra posições do Irã no estreito de Hormuz ao longo da atual guerra no Oriente Médio.

Falta de aviso ligou alerta nas autoridades

Ao site ucraniano Militarnii, a Otan informou que a ação teve como função treinar capacidades operacionais defensivas na região, mas não comentou ela não ter sido anunciada previamente. Isso é praxe em exercícios de maior porte, visando evitar identificações incorretas de ataques e até choques de aeronaves no ar. A falta de aviso gerou apreensão em Moscou. Segundo alguém próximo ao Ministério da Defesa ouvida pela reportagem, a percepção é de que a Otan testou capacidades de interceptação eletrônica russa baseadas em Kaliningrado.

EMILY J. HIGGINS/THE WHITE HOUSE

Trump acusou a Otan de ter dependência dos Estados Unidos

Tensão aumenta ainda mais no Mar Báltico

O episódio eleva em mais um grau a tensão já exacerbada no Báltico, onde a Otan vê três membros, Lituânia, Letônia e Estônia, como vulneráveis a ataques russos. Os lituanos já até mudaram a lei para permitir o posicionamento de armas nucleares em seu solo. A percepção ficou aguda após a invasão da Ucrânia em 2022, que levou a dois Estados nórdicos vizinhos, Suécia e Finlândia, a abandonar a neutralidade histórica e aderir à Otan. Com isso, todas as margens do Báltico, com a óbvia exceção russa, integram hoje as fronteiras da aliança.

Trump acusa Otan de dependência dos EUA

A Otan alerta para a chance de confronto com os russos antes do fim da década, preocupação compartilhada por integrantes da elite em Moscou, cientes de que o atoleiro da Ucrânia cobra preço político alto de Putin. Com isso, o continente lidera grande expansão de gastos militares, até para tentar driblar o afastamento promovido por Trump, que os acusa de dependênci dos EUA.

Por Igor Gielow (Folhapress)

Ataque em Kherson

Nesta quarta (19), ao menos quatro pessoas morreram quando um drone atingiu um micro-ônibus na cidade de Kherson, na Ucrânia. Até a metade do dia, 17 pessoas haviam morrido em ataques em todo o país nas últimas 24 horas, segundo o governo. Agravando o quadro para Kiev, o país está sofrendo de escassez aguda de mísseis antiaéreos.

Crise com as armas

Com isso, suas forças conseguem abater os drones enviados para saturar defesas, mas têm falhado contra mísseis.
Donald Trump recusou-se a enviar munição para os sistemas Patriot usados pela Ucrânia, não menos porque eles estão sob alta demanda no Oriente Médio, na infame guerra do Irã. que não tem previsão para acabar.

Diplomacia estagnada

Apesar de a diplomacia estar estagnada, muito em decorrência do engajamento americano na sua guerra contra o Irã em detrimento ao conflito europeu, alguns contatos ocorrem. Nesta quarta, os rivais trocaram 103 prisioneiros de guerra de cada lado.

Por Igor Gielow (Folhapress)

Shakira vai ajudar

A passagem de Shakira por Chocó, na Colômbia, nesta semana teve um objetivo que foi além de rever a região onde mantém projetos sociais. A cantora anunciou um investimento inicial de R$ 6,8 milhões (US$ 1,25 milhão) para ajudar na reconstrução de escolas destruídas ou danificadas pelo terremoto de magnitude de 7,4 que atingiu o país.

Educação é prioridade

A artista colombiana esteve em Quibdó, capital de Chocó, na segunda (17) acompanhada de representantes de organizações que participarão da iniciativa. O recurso será destinado principalmente à recuperação da estrutura escolar e ao retorno dos estudantes às salas de aula. O valor anunciado será dividido entre diferentes parceiros.

Divisão de parceiros

O Fundo Global de Educação Cidadã da FIFA e a Live Nation contribuirão com R$ 2,7 milhões (US$ 500 mil) cada. A CAF -Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe- ficará responsável por outros R$ 1,4 milhão (US$ 250 mil). A artista disse que educação é prioridade.

Por Adrielly Souza (Folhapress)

SECURITY SERVICE OF UKRAINE VIA WIKIMEDIA COMMONS

Khmara assume pasta da Defesa, despertando protestos populares

Corrupção derruba assessora de Zelenski

Após investigação apontar lavagem de dinheiro, Irina Mudra foi exonerada

Por **Igor Gielow (Folhapress)**

Já sob intensa pressão política devido ao desafio lançado por um popular ex-ministro e pela dinâmica mais violenta da Guerra da Ucrânia, o presidente Volodimir Zelenski teve de demitir na quarta (19) mais uma pessoa de seu círculo de poder sob acusação de corrupção. A queda da vice-chefe de gabinete presidencial, Irina Mudra, ocorreu após dois órgãos de investigação apontarem que ela e outros integrantes do governo participavam de um esquema de lavagem de dinheiro. No fim de 2025, o chefe de gabinete e braço-direito de Zelenski, Andrii Iermak, renunciou após apuração análoga.

O episódio ocorre um dia depois que o popular ex-ministro da Defesa Mikhailo Fedorov, demitido por Zelenski em 16 de julho, publicou um vídeo criticando o governo e pedindo a realização de eleições presidenciais mesmo com a vigência da lei marcial, que as impede em tempo de guerra. A declaração de Fedorov, cuja exoneração levou a uma onda de protestos de rua que teve seu capítulo mais recente no domingo (16), ocorreu logo depois de Zelenski enviar para aprovação da Rada (Parlamento) o nome de seu sucessor, Ievhenii Khmara.

A votação ocorreu nesta quarta, e Khmara foi aprovado por 312 dos 325 deputados presentes. Ainda não se sabe se isso será suficiente para demover os manifestantes, que agora têm uma nova agenda e prometem novos atos.

Nesta quarta, um grupo protestou e lamentou a votação à frente da Rada. "Vergonha!", gritaram jovens, em sua maioria. Mas uma pesquisa publicada dia 5 pelo Instituto Internacional de Sociologia de Kiev apontava que 57% dos ucranianos defendiam pelito apenas após a eleição.

Khmara é um general de divisão que desde o começo do ano liderava interinamente o poderoso SBU (Serviço de Segurança da Ucrânia), responsável por ações especiais, e havia sido colocado de forma provisória na cadeira de Fedorov. Militar de vida tão discreta, nem sua idade é conhecida na imprensa ucraniana, ele ganhou fama na operação que reconquistou das mãos russas a ilha da Cobra, no mar Negro, logo depois da invasão de Vladimir Putin em 2022.

Ele dirigiu várias ações do SBU contra os rivais, a mais famosa delas sendo a Operação Teia de Aranha, que atingiu diversas bases de bombardeiros dentro da Rússia com drones que haviam sido transportados por caminhões, há pouco mais de um ano.

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

DIVULGAÇÃO/GOV RJ

Instituto é o primeiro órgão a devolver recursos ao Tesouro

IRM devolve R$ 70 milhões aos cofres do Estado do Rio

O Instituto Rio Metrópole (IRM) devolveu nesta quarta-feira (19) cerca de R$ 70 milhões aos cofres do Estado, segundo informações divulgadas pelo Governo do Estado. O valor faz parte do orçamento estadual destinado ao instituto e, de acordo com o governo, poderá ser devolvido sem comprometer contratos e obrigações. Desde 24 de março, 5.968 servidores comissionados foram exonerados, gerando uma economia estimada em R$ 280 milhões até o fim de 2026. O IRM também possui cerca de R$ 300 milhões em um fundo formado por recursos de diferentes fontes. Segundo o Estado, um estudo técnico e jurídico avalia a possibilidade de devolver parte desse montante. A devolução de R$ 70 milhões é apresentada pelo governo como a primeira efetivada dentro do processo de revisão de despesas.

Economia além dos cortes

Segundo informações divulgadas pelo Governo do Estado, a devolução dos R$ 70 milhões foi possível após uma revisão financeira indicar que o IRM poderia manter contratos e obrigações sem utilizar o recurso. O movimento ocorre no contexto da revisão de despesas iniciada pelo governo, que resultou, desde março, na exoneração de 5.968 servidores comissionados e em uma economia estimada em R$ 280 milhões até o fim de 2026.

EDUARDO P, CC BY-SA 3.0/VIA WIKIMEDIA COMMONS

Governo do RJ em clima de revisão de despesas

De volta à missão metropolitana

O Governo do Estado informou que o IRM prepara uma retomada da agenda metropolitana após o processo de reestruturação. Segundo o governo, os três eixos prioritários serão mobilidade, drenagem e ordenamento territorial. A proposta é ampliar a articulação entre Estado e municípios em temas que envolvem mais de uma cidade. O modelo citado como referência inclui a lógica de integração do Sistema Único de Saúde (SUS).

Transporte integrado

Entre as medidas apresentadas pelo Governo do Estado está a discussão sobre integração tarifária e operacional de ônibus, trens, metrô, barcas e outros modais. A proposta inclui a possibilidade de um único cartão no sistema metropolitano. Casa Civil, IRM, Secretaria de Transportes e BNDES já discutem o tema. Segundo o governo, a análise de um protocolo de intenções deve ser concluída até o fim do ano.

Drenagem sem fronteiras

Na área de drenagem, o Governo do Estado informou que o IRM pretende reunir Estado, municípios, comitês de bacia e instituições de pesquisa para discutir soluções de macrodrenagem. Entre os exemplos citados está a bacia do Rio Sarapuí, que atravessa municípios da Baixada Fluminense e envolve estruturas destinadas ao controle das águas. O caso é apontado como um exemplo de problema que ultrapassa limites municipais.

Ocupação do território

O ordenamento territorial é o terceiro eixo informado pelo Governo do Estado para a nova agenda do IRM. A proposta é ampliar a coordenação entre Estado e municípios em áreas relacionadas a obras de infraestrutura, sistemas de drenagem, diques e outras estruturas de proteção. Segundo o governo, o objetivo é considerar os impactos de decisões sobre ocupação do território em diferentes municípios.

Governança regional

De acordo com o Governo do Estado, a reestruturação também prevê mudanças na governança metropolitana, com maior articulação entre o Estado e as prefeituras. A intenção informada é fortalecer a participação conjunta nas decisões sobre temas de interesse comum. O IRM foi criado para atuar na coordenação de políticas voltadas à Região Metropolitana.

Próximo governo

O Governo do Estado informou ainda que o IRM pretende entregar, até o fim deste ano, uma agenda estratégica para orientar o próximo governo. O documento deverá reunir prioridades de investimentos e projetos para a Região Metropolitana, distribuídos em três horizontes: curto prazo, de até um ano; médio prazo, de quatro anos; e longo prazo, com planejamento para 10 anos.

BNDES na articulação

As discussões sobre o transporte metropolitano já envolvem Casa Civil, IRM, Secretaria de Transportes e BNDES, segundo o Governo do Estado. A intenção é avaliar um acordo de cooperação para a realização de estudos sobre a integração dos diferentes modais. O governo informou que a análise dos termos de um protocolo de intenções deve avançar até o fim do ano.

O alerta do Rio Sarapuí

No caso do Rio Sarapuí, o Governo do Estado citou situações em que estruturas construídas para controlar as águas e reduzir os impactos das chuvas foram afetadas, em determinados pontos, pela ocupação irregular do território. O exemplo aparece na agenda apresentada para mostrar a necessidade de tratar infraestrutura e ordenamento territorial de forma articulada entre os municípios.

LUCAS PRICKEN/STJ

Ministros Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques durante a posse

Salomão quer STJ no debate sobre Inteligência Artificial

Novo presidente promete colocar tribunal ao lado da sociedade

Por **Beatriz Cicci**

O ministro Luis Felipe Salomão assumiu, nesta quarta-feira (19), a presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF) para o biênio de 2026 a 2028 prometendo colocar o tribunal ao lado da defesa da sociedade. Em seu discurso, ele colocou como um dos pontos que deseja abordar é o uso da Inteligência Artificial, fazendo com o que o STJ ajude a promover parâmetros que façam com que a nova tecnologia atue a favor do cidadão, e não contra ele.

O ministro Mauro Campbell Marques ocupará o cargo de vice-presidente. A cerimônia de posse ocorreu no Plenário da instituição e reuniu o maior público já registrado na Corte, com mais de 1.100 convidados, entre autoridades e figuras da comunidade jurídica.

A sessão solene contou com a presença dos chefes dos Três Poderes. O vice-presidente Geraldo Alckmin representou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Presentes também os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin.

"Em determinados momentos históricos, os tribunais redefiniram os próprios fundamentos da vida social. Foram inúmeros precedentes marcantes, assegurando aos brasileiros a cidadania, o respeito e uma vida mais digna", declarou.

"O Superior está em ebulição; prepara-se para iniciar um novo tempo dentro do sistema de Justiça. Caberá implantar, no ano que vem, o fundo para reaparelhamento de toda a Justiça Federal e de todo o Superior Tribunal de Justiça. A qualidade das decisões, a transparência e o acesso dos cidadãos serão preocupações permanentes de todos nós", afirmou.

NOVOS TEMPOS

Além disso, Salomão manifestou a intenção de fazer com que a inteligência artificial e as ferramentas tecnológicas estejam a serviço da sociedade, e não o contrário. O ministro ainda reforçou seu objetivo de diminuir a litigância excessiva na área tributária e tornar efetivo o cumprimento de sentenças nas ações coletivas.

"A razão para a existência da Justiça é o ser humano, suas dores e seus conflitos. O respeito a seus direitos fundamentais", disse.

Adiamento de decisão sobre o Rio gera insegurança, diz especialista

Sem nova data, STF retarda julgamento sobre mandato-tampão; Ricardo Couto segue governador

Por **Gabriela Gallo**

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

STF resolve procrastinar decisão sobre a situação política do Rio

O Supremo Tribunal Federal (STF) retirou de pauta e adiou a retomada do julgamento que definiria se o chamado "mandato-tampão" para o governo do Rio de Janeiro, que durará até o final do ano, será por eleições diretas ou indiretas. Não há data definida para o retorno do julgamento, que travou com o placar em quatro votos para eleições indiretas e um voto para eleição direta.

A discussão inicialmente estava agendada para retomar nesta quarta-feira (19) com o voto do ministro Flávio Dino, mas foi adiada após os magistrados optarem por priorizar o julgamento sobre a validade da Lei Maria da Penha para casos de violência contra a mulher que ocorrem fora do ambiente familiar.

Desde o final de março, o Rio de Janeiro está sendo administrado pelo presidente do Tribunal de Justiça do estado (TJ-RJ), o desembargador Ricardo Couto. Com a saída do ex-governador Claudio Castro (PL), que deixou o posto na véspera do julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que o condenou a oito anos de inelegibilidade por abuso de poder político na campanha eleitoral de 2022, o Palácio Guanabara ficou sem representantes diretos. Isso porque o ex-vice-governador Thiago Pampolha deixou o cargo em 2025 para assumir o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ). Como na época a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) também estava sem um presidente, Ricardo Couto assumiu o cargo provisoriamente.

O ex-deputado estadual e ex-presidente da Alerj Rodrigo Bacellar (União) também teve o mandato cassado pelo TSE e virou réu no STF nesta quarta-feira, acusado de vazar informações sigilosas para a facção criminosa Comando Vermelho (CV).

INSEGURANÇA

Em entrevista ao Correio da Manhã, a sócia do Poli, Porto & Andreghetto Advogados Daniela Poli Vlavianos avaliou que o adiamento da definição de um governador interino no estado gerará uma situação de insegurança institucional quanto ao governo fluminense. A advogada explicou que, apesar de Ricardo Couto ter a competência necessária para administrar o Rio de Janeiro e "praticar os atos necessários ao funcionamento da administração pública", o problema está "no campo institucional e político".

"Um governo que não possui certeza sobre quanto tempo permanecerá no exercício do poder pode enfrentar dificuldades para estabelecer políticas públicas de médio e longo prazo, promover alterações estruturais na administração, realizar nomeações estratégicas e construir uma agenda governamental duradoura", pontuou Daniela.

A advogada também relembrou que o desembargador deixou temporariamente o exercício da função jurisdicional para assumir a chefia do Poder Executivo local e que, apesar do caso possuir fundamento jurídico, a permanência prolongada de Couto à frente do Executivo "não representa o funcionamento ordinário das instituições".

"A discussão não envolve apenas quem governará o Rio de Janeiro nos últimos meses do mandato. Ela envolve segurança jurídica, estabilidade institucional e a própria definição dos limites de uma situação de interinidade que, por sua natureza, deveria ser temporária", ela reiterou.

Apesar dos impactos, Daniela Vlavianos não descartou a possibilidade de o Supremo não julgar o caso até o final do ano e deixar Ricardo Couto como governador interino. "O ponto central é o fator tempo. Estamos em agosto, não há nova data definida para a retomada do julgamento e o mandato-tampão teria duração apenas até o encerramento do atual mandato. Quanto mais o julgamento se aproxima das eleições, menor se torna a sua utilidade prática".

Lula e Flávio não irão ao debate da Band no domingo

Por **Gabriela Gallo**

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL E LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Lula e Flávio temem ambos serem alvos dos demais

O primeiro debate presidencial para as eleições em outubro deste ano, agendado para este domingo (23) a partir das 20h no canal da Band, não deve contar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e nem tampouco com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Com isso, a tendência é que a debate esteja esvaziado. Os púlpitos dos candidatos ficarão vazios. Além de Lula e Flávio Bolsonaro, foram convidados para o primeiro debate presidencial os ex-governadores de Goiás e Minas Gerais, respectivamente Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo), e os candidatos Renan Santos (Missão) e Augusto Cury (Avante).

Nos bastidores, aliados do presidente Lula alegam que ele ficou insatisfeito com a emissora pelo convite feito para Renan Santos e Romeu Zema porque ambos não eram obrigados a serem convidados para o debate. Isso porque a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) determina que as emissoras de rádio e televisão precisam convidar para os debates presidenciais candidatos de partidos políticos que tenham ao menos cinco representantes no Congresso Nacional. O cálculo é feito a partir das eleições de 2022.

O convite para candidatos de partidos menores ou federações que não tenham essa quantidade de representantes no Poder Legislativo (sem contar agenda partidária) fica a critério da organização do evento. E, se contar o início da 57ª legislatura do Congresso Nacional em fevereiro de 2023, o partido Novo só tinha três representantes na Câmara dos Deputados e o senador Eduardo Girão (ES). Já o partido Missão foi fundado em 2025, e portanto, não tinha nenhum representante no poder Legislativo no início deste mandato.

Ao Correio da Manhã, o professor de Relações Internacionais do Ibmec-BH Adriano Cerqueira explicou que, durante o período de campanha para o primeiro turno eleitoral, não é incomum a ausência do candidato que está na frente das pesquisas eleitorais. "O risco de perder votos indo no debate é real. Já a possibilidade de perder votos por não ter ido não é tão clara assim", detalhou.

CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Alerta dos EUA levou polícia a encontrar 294 arquivos de pornografia infantil no Rio

■ Um alerta enviado dos Estados Unidos levou a polícia brasileira a uma investigação que encontrou 294 arquivos de pornografia infantil armazenados por um homem, identificado pelas iniciais G.T.C., no Rio de Janeiro. Três vídeos continham cenas de estupro de uma criança e, segundo o processo, haviam sido produzidos pelo próprio condenado.

■ O caso aparece em decisão da ministra Cármen Lúcia (STF) — à qual a coluna teve acesso —, que negou seguimento a um recurso apresentado pela defesa. O homem foi condenado a 40 anos e 24 dias de prisão, em regime inicial fechado, pelos crimes de produção e armazenamento de pornografia infantil e estupro de vulnerável praticado por ascendente.

■ A investigação começou depois que o Google identificou arquivos de abuso sexual infantil vinculados à conta do acusado. Segundo depoimento reproduzido na decisão, o material havia sido enviado ao Google Drive e ao Google Fotos. A empresa comunicou o caso ao National Center for Missing and Exploited Children (NCMEC), entidade norte-americana que recebe alertas sobre esse tipo de conteúdo.

■ O NCMEC encaminhou as informações à Polícia Federal no Brasil. Como o investigado era do Rio de Janeiro, o material chegou à Polícia Civil fluminense, por meio da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (DCAV). A polícia então pediu à Justiça autorização para realizar buscas e acessar os dispositivos do suspeito.

■ As diligências resultaram na apreensão e análise do material. Segundo o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), o relatório técnico registrou que o acusado "consumiu e armazenou 294 (duzentos e noventa e quatro) arquivos de pornografia infantil", incluindo "03 (três) vídeos contendo cenas de estupro de uma criança, os quais foram produzidos por ele próprio".

■ A sentença também aponta que o condenado abusou sexualmente da própria filha quando ela tinha apenas um ano e filmou o crime. Ele ainda foi acusado de praticar atos libidinosos contra o filho, que tinha cinco anos à época.

■ No STF, a defesa tentou anular o processo sob o argumento de que os arquivos armazenados na nuvem teriam sido obtidos e compartilhados com autoridades brasileiras sem autorização judicial prévia. Cármen Lúcia rejeitou a alegação e destacou que o material inicialmente identificado pelo Google foi obtido de acordo com as regras aplicáveis nos Estados Unidos.

■ A ministra também ressaltou que o envio das informações às autoridades brasileiras ocorreu no âmbito da cooperação entre Brasil e Estados Unidos. Após o início formal da investigação no país, medidas como busca e apreensão e acesso aos dispositivos eletrônicos foram autorizadas pela Justiça.

■ "Não procede a alegação do recorrente de irregularidade na obtenção das provas obtidas pelo Google", afirmou Cármen Lúcia. Ao final, a ministra negou seguimento ao recurso e considerou prejudicado o pedido de liminar apresentado pela defesa.

MP Eleitoral investiga suposto caixa dois de R$ 3 milhões em campanha de Lindbergh; deputado nega irregularidade

■ O Ministério Público Eleitoral (MPE) investiga o deputado federal Lindbergh Farias (PT) por suspeita de ter recebido R$ 3 milhões não declarados à Justiça para financiar sua campanha ao governo do Rio de Janeiro em 2014. O inquérito, que apura possível caixa dois eleitoral, foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) na última quinta-feira (13/8).

■ A defesa de Lindbergh nega irregularidades e destaca que a própria Polícia Federal (PF), após analisar cerca de 2,8 mil páginas da prestação de contas da campanha, afirmou não ter encontrado, nesses documentos, indícios de falsidade ideológica eleitoral ou do uso de recursos de origem ilícita. "Só esse laudo seria razão de arquivamento", afirmaram os advogados. A conclusão da PF sobre a análise documental consta dos autos.

■ A investigação tem como origem a suspeita de que o empresário Miguel Iskin tenha repassado os R$ 3 milhões à campanha em busca de vantagens futuras. Além de falsidade ideológica eleitoral, o procedimento também passou a apurar possíveis crimes de corrupção ativa e passiva.

■ Segundo documento do MPE, a apuração decorre da ausência de declaração à Justiça Eleitoral da suposta doação de R$ 3 milhões, que teria sido destinada ao pagamento de despesas eleitorais da campanha.

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Defesa do deputado federal Lindbergh Farias nega suposto caixa dois de R$ 3 milhões

A suspeita surgiu a partir do Anexo 15 do acordo de colaboração premiada de Marco Antônio Guimarães Duarte de Almeida. Segundo o colaborador, o dinheiro teria sido repassado com o objetivo de garantir "condições privilegiadas" à empresa Oscar Iskin e parceiros em contratos com o Estado do Rio de Janeiro caso Lindbergh fosse eleito.

■ O colaborador afirmou ainda que nunca teve contato direto com Lindbergh e que os supostos repasses teriam sido operacionalizados por Miguel Iskin e Gustavo Estellita, por meio da empresa Oscar Iskin. Segundo o relato, os pagamentos teriam sido feitos em dinheiro em espécie e entregues a um interlocutor do candidato conhecido como "Totó".

■ Miguel Iskin negou as acusações. Em depoimento à PF, afirmou que as declarações do colaborador eram "falsas, lacunosas e imprecisas", além de não estarem acompanhadas de provas.

■ Apesar de não ter identificado indícios de irregularidades na análise das 2,8 mil páginas da prestação de contas, a PF determinou outras diligências. Entre elas estavam a oitiva de Lindbergh e uma consulta ao Coaf sobre a existência de transações suspeitas em nome do parlamentar entre 2014 e 2018.

■ O MPE também se manifestou favoravelmente à quebra dos sigilos fiscal e bancário de Lindbergh, por considerar a medida necessária ao aprofundamento da investigação. Um dos objetivos era verificar se os valores supostamente não declarados na campanha teriam sido incorporados ao patrimônio do parlamentar.

■ O caso chegou ao STF após a Justiça Eleitoral considerar que os fatos investigados teriam ocorrido no período em que Lindbergh exercia mandato de senador e em razão das funções. A decisão seguiu o entendimento do Supremo de que o foro por prerrogativa de função permanece para crimes relacionados ao cargo mesmo depois do término do mandato.

■ A defesa questionou o andamento do caso. Segundo os advogados, Lindbergh não foi citado nem intimado no inquérito até hoje. "Uma tramitação quase secreta e que renasce e se movimenta em período eleitoral", afirmou.

■ Os advogados ressaltaram ainda que a decisão de remeter o inquérito ao Supremo foi tomada em setembro de 2025, mas os autos só foram enviados em 13 de agosto de 2026, já durante o período eleitoral.

PINGA-FOGO

■ **GOVERNADOR EM EXERCÍCIO E PREFEITO DO RIO PARTICIPAM DO 25º FÓRUM EMPRESARIAL LIDE - O governador em exercício do Estado do Rio de Janeiro, Ricardo Couto, e o prefeito da capital fluminense, Eduardo Cavaliere, participam, nesta sexta-feira (21), do 25º Fórum Empresarial LIDE, no Hotel Fairmont Rio de Janeiro. Com o tema "Cenários do Brasil", o encontro promove seis painéis sobre os desafios atuais do país e as perspectivas para a economia, a democracia, o desenvolvimento, a saúde, a pesquisa científica, as eleições e o setor produtivo.**

■ Um dos principais painéis da programação aborda as perspectivas para 2027, com a participação de Paulo Gonet, procurador-geral da República; Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal entre 2023 e 2025; Fábio Coelho, presidente do Google Brasil; Alberto Griselli, CEO da TIM; e André de Angelo, CEO da Acciona. O encontro coloca em pauta os caminhos para o desenvolvimento brasileiro diante das transformações institucionais, econômicas e tecnológicas.

■ **A economia aparece em diferentes momentos da programação. O cenário atual será analisado por nomes como Jean Paul Prates, ex-presidente da Petrobras; David Zylbersztajn, ex-presidente da Agência Nacional do Petróleo; Roberto Ardenghy, CEO do Instituto Brasileiro de Petróleo; Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos; e Daniella Marques, ex-presidente da Caixa Econômica Federal.**

■ As perspectivas para os próximos anos reúnem Rodrigo Pacheco, senador e ex-presidente do Senado Federal; Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central; Izabella Teixeira, ex-ministra do Meio Ambiente; Flávio Rodrigues, vice-presidente da Shell; e Sami Arap, vice-presidente da Vale. O painel aproxima diferentes visões sobre crescimento, investimentos, sustentabilidade e os rumos econômicos do país.

■ **Na área da saúde, Dimas Covas, chief scientist de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Sinovac e ex-diretor do Instituto Butantan; Mayana Zatz, geneticista e professora da USP; e Pablo Meneses, vice-presidente executivo da Rede D'Or, abordam o papel da ciência, da pesquisa e da inovação no avanço da assistência médica brasileira.**

■ A proximidade das eleições de 2026 também integra a agenda. Andrei Roman, CEO da AtlasIntel, e Murilo Hidalgo, diretor da Paraná Pesquisas, apresentam suas leituras sobre o cenário eleitoral e os movimentos da opinião pública no país.

■ **A visão do setor produtivo será apresentada por líderes como Sergio Zimerman, presidente do conselho do Grupo Petz Cobasi; Silvia Penna, diretora-geral da Uber; Anselmo Leal, presidente da Águas do Rio; e Gustavo Montezano, fundador e CEO da Yvy Capital e ex-presidente do BNDES. O painel aborda as condições necessárias para ampliar investimentos, fortalecer empresas e sustentar o crescimento da economia.**

claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

OAB-RJ reúne 7 mil profissionais na XIII Conferência Estadual da Advocacia

Evento gratuito foi marcado por palestras de grandes nomes do Direito

A OAB-RJ realizou nesta quarta-feira (19), a XIII Conferência Estadual da Advocacia do Rio. O evento, voltado a advogados, advogadas e estagiários inscritos na seccional, aconteceu no Vivo Rio e contou com a presença de 7 mil participantes, que fizeram a inscrição previamente e de forma gratuita.

A conferência aconteceu ao longo de todo o dia, com dezenas de painéis e palestras de grandes nomes do Direito, abordando os mais diversos temas referentes ao exercício da advocacia. O evento contou com dois palcos simultâneos (Vivo Rio e Sebrae), o espaço Casa da Inovação, gravação de podcast da Jovem Advocacia e diversas ativações nos estandes dos apoiadores.

A presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, também celebrou os 60 anos de criação das primeiras subseções da OAB no estado, reconhecendo a importância das casas da Ordem nos municípios para o fortalecimento da classe e a defesa de direitos.

Com os presidentes em exercício no palco, foram homenageadas as subseções de Barra do Piraí, Barra Mansa, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Itaperuna, Miracema, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, São Gonçalo, Teresópolis, Valença e Volta Redonda.

FOTOS OAB-RJ

Durante a abertura, a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, falou sobre a importância do conhecimento para a advocacia

A anfitriã e presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, com o presidente em exercício do Conselho Federal da OAB-RJ, Felipe Sarmento

Ao lado de Ana Tereza Basilio, o ex-presidente e membro honorário vitalício da OAB-RJ, Luciano Bandeira

RODRIGO MIRANDA / LIQUET

O ex-procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Luciano Mattos, lançou oficialmente sua candidatura ao Senado pelo PRTB na noite desta terça-feira (18), em Niterói. O advogado, que acaba de assumir a presidência estadual do partido sob o lema "Renova Rio", enxerga a entrada na política como uma forma de seguir combatendo o crime organizado, característica marcante de seu trabalho no Ministério Público.

Durante sua gestão à frente do Ministério Público, o advogado, entre diversas medidas, implementou a política de interiorização da instituição, realizando visitas às promotorias em diversas regiões do estado para conhecer de perto as demandas locais e a realidade enfrentada pela população.

MARCELO PERILLIER

Diretoria da Rock World com alguns representantes das marcas e a diretora da Angra Marcas, Patrícia Donato, na coletiva de apresentação das ativações das empresas na Cidade do Rock

ROCK IN RIO *além da música*

Festival terá mais de 90 marcas espalhas pela Cidade do Rock, com 8 mil horas de experiências, mais de 100 ativações e cerca de 1 milhão de brindes

Por **Deborah Gama e Marcelo Perillier**

Em pouco mais de duas semanas, o Rio de Janeiro será tomado por milhares de fãs da música nacional e internacional, com a abertura dos portões da Cidade do Rock, para mais uma edição do Rock in Rio em terras cariocas. Além dos artistas, o festival também terá atrações nos stands dos patrocinadores. Afinal, são mais de 90 marcas entre patrocinadores, media partners, parceiros e operadores espalhados por todo o complexo montado no Parque Olímpico do Rio.

Além dos tradicionais, como Itaú, Coca-Cola, Heineken C&A e Doritos, este ano tem a novidade da Tic Tac, que estará no festival pela primeira vez e promete levar ao público grandes experiências para deixar o momento ainda mais inesquecível. E dentre esse universo todo um está desde a primeira edição: o Bob´s.

Diretora de Parceiras da Rock World, Renata Guaraná comentou um pouco como é feito esse processo de escolha das empresas e a manutenção delas para as edições seguintes.

"O processo funciona muito mais em termos de inovação de marcas. Se eu tenho uma marca de cerveja, eu tenho cerveja na categoria, então eu não vou buscar outra marca de cerveja. Com isso, a gente vai montando a prospecção das marcas e cada uma vai ocupando o seu espaço dentro da cidade", disse Renata, ressaltando que a cada festival há uma avaliação para a manutenção ou não para o próximo:

"Então, a cada final do festival, a gente senta pra olhar o que que funcionou, o que que não funcionou. A gente tira aprendizado, entende que aquilo não funcionou daquela forma, vamos fazer de outro jeito pra acertar da próxima", finalizou a diretora.

Sobre a questão de manter ou trazer marcas novas, Renata foi bastante enfática nesta questão.

"Trazer marcas novas é sempre uma delícia, porque tem muito para gente compartilhar. A gente vai construindo junto e eles vão aprendendo com a gente, para fazer melhor para o próximo", afirmou Renata.

Vice-presidente de parcerias da Rock World, Rodolfo Medina foi um pouco além de falou sobre a relação das marcas com o público do festival.

"Isso é um desafio, na hora que a gente melhora a experiência, conecta o consumidor e entrega mais do nosso dia a dia, consequentemente as marcas vêm e fazem parte da experiência, que é entregar sempre o melhor para o consumidor, o motivo para a gente estar aqui", disse Rodolfo, salientando a parceira com a Axia, dentro do projeto "Por Um Mundo Melhor":

MARCELO PERILLIER

Serão diversos produtos para atender os gostos dos fãs durante o festival

> *"O processo funciona muito mais em termos de inovação de marcas. Se tu tenho uma marca de cerveja, eu não vou buscar outra marca"*
>
> **Renata Guaraná**
> Diretora de Parcerias da Rock World

"O tema do mundo melhor para a gente é muito importante, é um projeto que zera as emissões de carbono, está tudo conectado com o propósito da marca", finalizou o vice-presidente.

Nesse universo todo para obter essas mais de 90 marcas, a Rock World precisava de uma parceira para fazer a ponte no mercado, para trazer as melhores empresas para o festival. Para isso, existe a Angra Marcas, que está com o Rock in Rio há muito tempo, trazendo o melhor para dentro da Cidade do Rock.

Sócia e diretora comercial da Angra Marcas, Patricia Donato explicou como é feita essa "caça" no mercado e a diferença entre os produtos exclusivos e os produtos licenciados.

"Os produtos oficiais são produtos que são produzidos especificamente para a Cidade do Rock. E a gente começa a trabalhar o licenciamento quase um ano antes, vende a licença de marca para essas empresas, para eles poderem usar. Normalmente começam a vender antes do festival, mais ou menos quatro meses antes, e vai até o final desse ano. É uma maneira de espalhar a marca pelo Brasil inteiro, e para também conseguir entrar na casa das pessoas, porque muita gente não consegue ver o Rock in Rio, então é uma forma de você ter um pouco de Rock in Rio dentro de casa, e estar presente em todos os estados", disse Patrícia.

A empresária comentou também que as marcas fazem produtos licenciados, pois nem todos conseguem vir ao Rock in Rio e as empresas querem que as pessoas tenham alguma lembrança do festival ou mesmo um produto para guardar de recordação.

"Os patrocinadores, eles mesmos querem fazer produtos para se aproximar à marca Rock in Rio, e como eu falei, para poder chegar em mais lojas, pois não cabem 10 milhões de pessoas aqui dentro", salientou Patrícia, ressaltando que há produtos exclusivos na Cidade do Rock e que nem todos os licenciados podem ser vendidos no local:

"Tem produtos que você só compra aqui dentro, como a camiseta "Eu Fui", que vira uma coisa, um item colecionável. Mas outros produtos acabam que nem podem estar aqui dentro. O copo da Kouda, infelizmente, a gente não pode vender dentro da cidade do Rock, porque acaba sendo uma possível arma para as pessoas", finalizou a empresária.

Em 2026, serão 8 mil horas de experiências de marcas, mais de 100 ativações e cerca de 1 milhão de brindes.

Polícia Federal investiga delegado por suposto vazamento de informações sigilosas

Operação Sinon apura venda de dados de investigações a suspeitos de crimes em SP e no RS

DIVULGAÇÃO

De acordo com a PF, os dados obtidos eram posteriormente repassados aos investigados

Da **Redação**

A Polícia Federal deflagrou, na manhã desta quarta-feira (19), a Operação Sinon, que investiga um suposto esquema de corrupção envolvendo o vazamento de informações sigilosas de investigações policiais em troca de vantagens financeiras.

Um delegado da própria Polícia Federal está entre os principais alvos da apuração. Segundo a corporação, José Navas Júnior teria utilizado, desde 2023, a função que exercia e o acesso a sistemas internos da instituição para realizar consultas direcionadas sobre pessoas e procedimentos que estavam sob investigação.

De acordo com a PF, os dados obtidos eram posteriormente repassados aos investigados. Com acesso antecipado às informações, os suspeitos poderiam adotar medidas para dificultar ou impedir o cumprimento de diligências policiais.

INVESTIGAÇÕES ENVOLVEM DIFERENTES CRIMES

As informações que teriam sido vazadas estariam relacionadas a investigações envolvendo organizações criminosas e diferentes modalidades de crimes. Entre os casos estão apurações sobre contrabando de cigarros, trabalho escravo, lavagem de dinheiro, crimes ambientais e desvios de recursos públicos. Além do delegado, advogados e empresários também são investigados pela Polícia Federal.

A investigação aponta que o delegado movimentou R$ 28 milhões entre 2020 e 2025, considerando entradas e saídas de recursos. A investigação busca esclarecer a origem e o destino dos valores e identificar todos os envolvidos no esquema.

Ao todo, os agentes cumprem oito mandados de busca e apreensão em endereços localizados nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. A Justiça também autorizou medidas de bloqueio e sequestro de bens dos investigados. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Federal da Justiça Federal em Marília, no interior de São Paulo.

DELEGADO É AFASTADO DA FUNÇÃO

Além das buscas realizadas nesta quarta-feira, a Justiça determinou medidas cautelares contra o delegado investigado. Entre as determinações estão a suspensão do exercício da função pública e a proibição de acesso às dependências da Polícia Federal, aos sistemas corporativos e aos recursos tecnológicos da instituição.

As medidas têm como objetivo impedir que o investigado continue tendo acesso às ferramentas e informações que, segundo a apuração, teriam sido utilizadas no suposto esquema.

CRIMES INVESTIGADOS

A Operação Sinon apura possíveis crimes de violação de sigilo funcional, corrupção passiva e ativa, associação criminosa e embaraço à investigação de organização criminosa. Segundo a Polícia Federal, as investigações ainda estão em andamento. A corporação busca identificar todos os envolvidos, rastrear a origem e o destino dos recursos que teriam sido movimentados no esquema e dimensionar os possíveis prejuízos causados às investigações afetadas pelos supostos vazamentos.

A defesa do delegado José Navas Júnior é procurada para comentar as acusações. Até a última atualização desta reportagem, não havia manifestação.

Projeto prevê anistia a servidores punidos pelo 8/jan

Por **Andre Souza**

A deputada estadual Fabiana Bolsonaro (PL) apresentou na Alesp um projeto de lei que concede anistia administrativa a servidores públicos, empregados públicos e profissionais contratados por tempo determinado que tenham sido punidos ou desligados do governo paulista em decorrência de apurações relacionadas aos atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

A proposta abrange funcionários da administração direta, autarquias e fundações do Estado, incluindo profissionais das áreas de educação e saúde. Para ter direito ao benefício, o agente não poderá ter condenação criminal definitiva pelos fatos investigados. Também poderão ser contemplados aqueles cuja persecução penal tenha sido encerrada por arquivamento, absolvição, extinção da punibilidade, suspensão condicional do processo ou Acordo de Não Persecução Penal (ANPP).

O texto determina que a anistia resulte na anulação de atos de demissão, rescisão contratual ou punição administrativa que tenham ocorrido exclusivamente em razão das apurações sobre o 8 de janeiro. Também prevê o cancelamento de registros funcionais relacionados às sanções. Outro efeito previsto é o restabelecimento do direito de participar de concursos públicos, processos seletivos simplificados e atos de atribuição de aulas promovidos pelo Estado. O interessado terá 180 dias, contados a partir da publicação da eventual lei, para apresentar o pedido à autoridade responsável pelo órgão em que estava lotado.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Manifestantes invadiram o Congresso Nacional em 8 janeiro de 2023

Na justificativa, Fabiana Bolsonaro afirma que as medidas administrativas foram aplicadas em casos nos quais ainda não havia condenação penal definitiva. A deputada também defende que a assinatura de um ANPP não seja usada como fundamento para manter demissão, rescisão ou sanção administrativa. O projeto estabelece ainda que o Executivo deverá regulamentar os procedimentos para cadastramento dos beneficiários.

O texto ainda precisa tramitar pelas comissões da Alesp antes de ser votado em plenário.

Centros para mães atípicas avançam na Câmara

Comissão de Finanças aprova PL que cria rede de apoio para mães em SP

Da **Redação**

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo aprovou, nesta quarta-feira (19/08), o Projeto de Lei (PL) 653/2024, que propõe a criação de centros de apoio familiar voltados às chamadas "mães atípicas" no município. A iniciativa, de autoria do vereador Sansão Pereira (REPUBLICANOS), avança na tramitação legislativa após receber o aval do colegiado, sendo um passo fundamental para a implementação de políticas públicas específicas destinadas ao suporte desse grupo social na capital paulista.

O texto central da proposta quer suprir uma lacuna na rede de proteção social. As "mães atípicas" — termo utilizado para mulheres que dedicam a maior parte de suas rotinas aos cuidados de filhos ou dependentes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou outras condições que demandam atenção constante — enfrentam sobrecarga física e emocional pela falta de suporte que possibilite o exercício de outras atividades cotidianas, laborais ou mesmo o autocuidado.

Conforme o projeto em tramitação, os centros de apoio familiar funcionariam como espaços estruturados onde essas mães poderiam deixar seus dependentes sob cuidados especializados por um período de até quatro horas, três vezes por semana. Essa estrutura visa oferecer um respiro necessário para que as responsáveis possam realizar tarefas essenciais, retomar estudos ou buscar inserção no mercado de trabalho, combatendo o isolamento social que acompanha a rotina de dedicação exclusiva aos cuidados de terceiros.

O presidente da Comissão de Finanças, vereador João Ananias (PT), reforçou durante a sessão a relevância social da matéria. Segundo o parlamentar, o número de mães atípicas em SP tem crescido de forma expressiva, exigindo uma resposta institucional mais robusta. "O número de mães atípicas está crescendo na cidade de São Paulo. Cada vez que frequento um espaço ou uma associação, percebo o aumento. A gente sabe do coração e do amor que elas dedicam aos filhos. Para cuidar dessas crianças, é preciso ter uma paciência gigantesca. Por isso, seria muito importante que o município destinasse uma quantia para um projeto que realmente conseguisse abraçar essas mães", afirmou Ananias, enfatizando a necessidade de dotação orçamentária para essa proposta.

Na mesma linha, o vereador Eli Corrêa (UNIÃO), integrante do colegiado, defendeu a ampliação das ações municipais. "Por mais que o município faça ou já tenha feito algumas coisas em prol dessas mães, eu acho que é preciso fazer mais. Uma mãe atípica praticamente dedica a vida inteira ao seu ente querido. Então, acredito que uma política pública em prol dessas mães e das pessoas com autismo é muito importante para o município", declarou.

Além do PL 653/2024, a Comissão de Finanças e Orçamento avaliou e aprovou pareceres favoráveis a outros 12 projetos de lei e um requerimento. Entre as propostas de destaque está o PL 542/2023, de autoria do vereador Thammy Miranda (PSD), que estabelece uma política municipal de incentivo à doação de órgãos. A aprovação desse projeto sinaliza a continuidade do trabalho da comissão em temas de saúde pública e conscientização da população.

Com a aprovação na Comissão de Finanças, o PL 653/2024 segue para as próximas etapas de tramitação no Legislativo paulistano. O projeto ainda deverá passar por análises complementares antes de seguir para votação definitiva no Plenário. A tramitação reflete o papel da Câmara Municipal no debate sobre a assistência social e a necessidade de políticas públicas voltadas à equidade e proteção de grupos vulneráveis na capital. A mobilização em torno dessas pautas demonstra um movimento crescente de atenção do parlamento municipal para temas que afetam diretamente o cotidiano das famílias paulistanas.

DOUGLAS FERREIRA | REDE CÂMARA SP

A proposta central é do vereador Sansão Pereira (REPUBLICANOS)

Homenagem à PM e debate sobre incêndio do Joelma

Da **Redação**

A Comissão Extraordinária de Segurança Pública da Câmara Municipal de São Paulo realizou sua reunião ordinária nesta terça-feira (18/08). O encontro foi marcado pela deliberação de um requerimento de convite a autoridades das forças de segurança, além da entrega de votos de louvor a agentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Durante a sessão, os parlamentares aprovaram, por unanimidade, o requerimento apresentado pelos vereadores Amanda Vettorazzo (UNIÃO) e Sargento Nantes (PP). O documento convida o capitão reformado da Polícia Militar, Augusto Carlos Cassaniga, e o cabo Wellinton dos Santos Silva, autor da obra biográfica sobre o militar, para comparecerem à reunião do colegiado agendada para o dia 25 de agosto.

O objetivo do convite é promover um debate acerca da trajetória profissional de Cassaniga, com foco especial na atuação das forças de segurança durante o incêndio do Edifício Joelma. A tragédia, ocorrida na década de 1970, completou 52 anos e permanece como um marco nas discussões sobre segurança predial, prevenção de sinistros e capacidade de resposta das forças de emergência em São Paulo. O capitão Cassaniga possui um histórico de atuação em operações de alta complexidade, incluindo o combate ao incêndio do Edifício Andraus, o incêndio do Edifício Grande Avenida, o episódio do sequestro do avião Electra II da Varig e a estruturação dos Comandos e Operações Especiais (COEs) da Polícia Militar.

Dando continuidade à pauta, a Comissão procedeu com a entrega de Votos de Júbilo e Congratulações a mais de 30 policiais de diversos batalhões da capital paulista. A iniciativa, de autoria do vereador Sargento Nantes, buscou reconhecer o desempenho operacional dos agentes no enfrentamento à criminalidade. O parlamentar, ao discursar durante a entrega das honrarias, destacou que a intenção do colegiado é oferecer um canal de interlocução institucional entre a sociedade civil e os agentes que atuam na ponta do sistema de segurança pública. Representantes da Força Tática e da Companhia Tática, unidades de elite da PM, estiveram presentes o reconhecimento.

Além das homenagens, a pauta da Comissão teve momento de pesar. Os integrantes do colegiado realizaram um minuto de silêncio em memória do filho de um policial civil, vítima fatal de um roubo de motocicleta na região da zona norte da capital paulista. O ato refletiu a preocupação recorrente do colegiado com a segurança.

FÁBIO JR. | CMSP

Parlamentares aprovaram pedidos de Amanda Vettorazzo (UNIÃO)

CORREIO GRANDE SP

BRENNER OLIVEIRA/PMSBC

Ação prevê sensores com alcance de até 15 quilômetros

São Bernardo lança programa de inovação e tecnologia em IA

São Bernardo lançou o programa SBC+i, iniciativa que reúne tecnologia, gestão e inteligência de dados para modernizar serviços públicos e aprimorar o planejamento da cidade. Entre as ações está o Gesgov, plataforma baseada em Inteligência Artificial que acompanha o cumprimento do Plano de Governo. A proposta parte de uma visão de Cidade Inteligente que envolve planejar, aplicar recursos públicos e construir políticas a partir das necessidades dos moradores. O programa também prevê sensores com alcance de até 15 quilômetros para monitorar trânsito, resíduos e drenagem. Outra medida é a implantação de bueiros inteligentes, capazes de avisar quando estão próximos do limite e precisam de limpeza. Segundo a Prefeitura, as ações buscam integrar áreas e melhorar a eficiência dos serviços e dos recursos públicos.

Barueri aprova medidas contra furto de cabos

A Câmara de Barueri aprovou o Projeto de Lei, que proíbe ferros-velhos e recicladoras de comprar, vender, armazenar cobre adulterado. A medida busca combater o furto de fios e cabos. O texto também exige cadastro dos materiais. Comércios terão 90 dias para se regularizar. A proposta prevê multa, apreensão e até cassação do alvará em casos de reincidência. Na justificativa, o vereador Levi Gobert (Podemos) afirma que o comércio de cobre adulterado ajuda a manter a cadeia de receptação de materiais furtados.

MARCO MIATELO/CÂMARA

Comércios terão 90 dias para se regularizar

Mauá inicia repasse de R$ 915 mil para escolas

A Prefeitura de Mauá iniciou o repasse de R$ 915,8 mil do Programa Dinheiro Direto na Escola às 48 unidades de ensino do município. Criado em 2025, o programa busca ampliar a autonomia das escolas para custear pequenas manutenções e atender despesas emergenciais. Os recursos são administrados pelas Associações de Pais e Mestres (APMs). O valor considera o número de alunos matriculados, com adicional para unidades de período integral. As escolas com APMs regularizadas já começaram a receber os recursos.

Cotia encerra greve e retoma coleta de lixo

A greve dos coletores de lixo chegou ao fim em Cotia nesta quarta-feira (19), após acordo firmado no TRT-2 e aprovado pelos trabalhadores em assembleia. Após dias de paralisação e impactos que afetaram a coleta em diversos bairros. Com a retomada das equipes, o serviço será intensificado nas áreas prejudicadas para acelerar a normalização. A Prefeitura acompanhará os trabalhos até a regularização completa.

Suzano

A Prefeitura de Suzano apresentou, em audiência pública, a proposta da LOA 2027, com estimativa de R$ 1,7 bilhão em receitas. Entre as previsões estão R$ 183 milhões de IPTU e R$ 150 milhões de ISS. O projeto receberá contribuições da população e será analisado e votado pela Câmara antes de ser votado em plenário.

Osasco

A Câmara de Osasco aprovou, em primeiro turno, o projeto que cria o Plano de carreira e Remuneração dos agentes de trânsito. A proposta recebeu 17 votos favoráveis e estabelece regras para ingresso, avaliação e remuneração, mantendo o concurso público como requisito e buscando organizar a carreira dos funcionários.

Mogi das Cruzes

O Plenário da Câmara de Mogi das Cruzes aprovou o Projeto de Resolução nº 01/2026, que torna obrigatória a execução do Hino Nacional durante os trabalhos legislativos. A medida, de autoria do vereador Otto Rezende (PSD) e dos demais parlamentares, prevê a execução no início da primeira sessão ordinária de cada mês, após a abertura.

Santo André

Em Santo André, os vereadores aprovaram propostas que alteram regras da Previdência municipal, incluem o Dia de Doar no calendário oficial e criam um programa de proteção à pessoa com albinismo, com distribuição gratuita de protetor solar. Também foram aprovadas mudanças à Sabesp e homenagens com títulos de cidadania.

Guarulhos

Guarulhos realiza, nesta quinta-feira (20), um mutirão de empregos com mais de 200 vagas para a nova unidade do Grupo Chama Supermercados, no Macedo. Há oportunidades para repositor, auxiliar de limpeza, entre outras funções. Durante a ação os candidatos poderão realizar entrevistas para otimizar as etapas do processo seletivo.

Sabesp

A Sabesp abriu as inscrições para o Programa Jovem Aprendiz. São 256 vagas em 9 municípios de SP, como Osasco, São Bernardo, Guarulhos e Suzano, sendo 185 administrativas e 71 técnicas, em parceria com o Senai-SP. As inscrições vão até 9 de setembro. A seleção prioriza jovens de comunidades próximas às operações da companhia.

DIVULGAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

Vereadores protocolam projetos que tratam reclamações dos cidadãos

Câmara debate interesses públicos em São Caetano

Medidas miram segurança, proteção social e memórias da Covid na cidade

Da **Redação**

Vereadores de São Caetano do Sul apresentaram propostas com foco na proteção da população e em questões de interesse social. Entre as iniciativas está a indicação de Welbe Macedo (PSB), que solicita ao Executivo o envio de um projeto de lei para proibir publicidade e propaganda de apostas e plataformas equivalentes em espaços públicos.

A medida não pretende impedir o funcionamento de empresas autorizadas, mas limitar a divulgação das apostas em áreas públicas. Welbe citou possíveis impactos sobre crianças, adolescentes e vulneráveis. A legislação federal já prevê que esse tipo de publicidade seja direcionado ao público adulto e proíbe mensagens que apresentem apostas como alternativa ao emprego, solução para dificuldades financeiras, fonte de renda ou investimento.

Também com foco no interesse coletivo, o vereador Daniel Córdoba (PSD) apresentou indicação para que sejam realizados estudos visando à criação do Dia Municipal em Memória das Vítimas da Covid-19. A proposta busca preservar a memória das vítimas e valorizar a atuação de profissionais que trabalharam no período. Para Córdoba, a criação da data teria caráter educativo, ao estimular reflexões sobre ciência, prevenção e saúde pública.

Na área da segurança, o vereador Doutor Marcos Fontes (PP) protocolou duas indicações direcionadas à Secretaria Municipal de Segurança. Uma delas sugere o uso do sistema Smart Sanca na localização de idosos e crianças desaparecidos, com o aproveitamento da rede de câmeras do município para cruzamento de dados e identificação facial. A proposta, segundo ele, pode agilizar as buscas e auxiliar a Guarda Civil Municipal e as polícias.

A segunda indicação de Fontes solicita a intensificação das rondas da GCM nas ruas Francisco Alves e Carmen Miranda, no bairro Boa Vista, diante de relatos de furtos e ataques a cidadãos na região. A proposta busca ampliar a presença das forças de segurança nas vias para ampliar a segurança na região.

As três propostas dependem de encaminhamentos do Executivo e integram o conjunto de planos apresentadas pelos vereadores para tratar de segurança, memória, prevenção e questões de interesse coletivo na cidade, visando sanar problemas da cidade.

Número de ônibus quebrados aumenta 13,2% no 1º semestre

Segundo Emdec, causas são falhas no motor, embreagem, suspensão e panes

Por **Moara Semeghini**

MOARA SEMEGHINI / CORREIO DA MANHÃ

O número de ocorrências de ônibus quebrados em Campinas aumentou 13,2% no primeiro semestre de 2026

O número de ocorrências de quebras de ônibus que resultaram em falta de veículos no transporte coletivo de Campinas aumentou 13,2% no primeiro semestre de 2026, na comparação com o mesmo período do ano passado. Segundo dados da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec), foram registradas 24.160 ocorrências entre janeiro e junho deste ano, contra 21.342 nos seis primeiros meses de 2025. Ao longo de todo o ano passado, foram contabilizadas 40.747 ocorrências.

Os registros são resultado do monitoramento da operação realizado pela Emdec e incluem situações em que a falta de veículos foi justificada por quebra, tanto durante a operação quanto na saída das garagens. Entre as principais causas estão falhas no motor, panes elétricas ou mecânicas, problemas na embreagem e na suspensão.

A Emdec ressalta, porém, que nem toda falta de ônibus ocorre porque um veículo quebrou durante o trajeto. Há casos em que o veículo não deixa a garagem por falta de motorista ou pela necessidade de correções pontuais, como a troca de pneus, que podem ser solucionadas antes da próxima viagem.

Para reduzir as ocorrências, a Emdec realiza fiscalização da operação, aplica multas aos operadores e reforça a presença nas garagens. O acompanhamento também é feito de forma remota e a partir das reclamações e solicitações recebidas da população pelos canais de atendimento.

A fiscalização é permanente nos terminais urbanos convencionais, além dos terminais e estações do BRT, e também é realizada periodicamente nas garagens das empresas responsáveis pela operação.

Os ônibus passam ainda por inspeções veiculares semestrais. Para veículos com maior tempo de uso, as vistorias são realizadas a cada três meses.

Durante as inspeções, são verificados mais de 800 itens, incluindo identificação; equipamentos obrigatórios e proibidos; iluminação e sinalização; freios, direção, suspensão, pneus e rodas; chassi e carroceria; inspeção ambiental e componentes complementares.

MAIS DE 36 MIL MULTAS

Entre janeiro e julho de 2026, a Emdec aplicou 36.881 multas aos operadores das linhas municipais. A maior parte delas, 32.208 autuações, foi relacionada ao descumprimento das viagens programadas.

Entre as principais infrações estão deixar de realizar as viagens previstas, que resultou em 32.208 autuações, e antecipar ou atrasar os horários programados, com 2.193 registros.

Segundo a Emdec, a definição das linhas que recebem fiscalização considera o acompanhamento remoto da operação e, principalmente, as solicitações feitas pela população por meio dos canais de atendimento.

Campinas terá Dia D de Multivacinação neste sábado, 22, em diferentes pontos

Da **Redação**

ROGÉRIO CAPELA/PREFEITURA DE CAMPINAS

A vacinação é a única forma de prevenção para evitar surtos e epidemias

O Dia D de Multivacinação em Campinas acontece neste sábado, dia 22, em diferentes pontos estratégicos e de maior circulação de pessoas na cidade. A meta da estratégia é colocar em dia a caderneta de vacinação de crianças e jovens de 6 meses a 14 anos de idade. Porém, pessoas de todas as idades podem aproveitar o Dia D para se vacinar. Confira a programação: campinas.sp.gov.br/sites/vacina/dia-d. A ação integra a Campanha Nacional do Ministério da Saúde, que está em andamento, até 1º de setembro, e ganha força diante dos alertas de circulação do sarampo no Estado de São Paulo e a inclusão de uma nova dose da vacina contra a poliomielite.

Para se vacinar, basta levar um documento com foto e a caderneta de vacinação (se tiver). Não é preciso agendar.

O Estado de São Paulo registra 23 casos de sarampo neste ano, até o dia 13 de agosto. Campinas não tem casos desde 2021, mas mantém o alerta. A Secretaria de Saúde identificou 11.837 crianças de até 4 anos com doses pendentes e está entrando em contato com as famílias. Em Campinas, devem tomar a vacina as pessoas de até 59 anos que não têm o esquema completo. Quem não tem certeza se tomou ou não tem como comprovar a imunização deve procurar um centro de saúde para orientação.

"A atualização da situação vacinal é estratégica para reduzir o risco de reintrodução e circulação de doenças como o sarampo", afirma a coordenadora do Programa de Imunização de Campinas, Chaúla Vizelli.

Servidor de carreira assume gestão da APA Campinas

Da **Redação**

O Diário Oficial do Município publica nesta quarta-feira, 19 de agosto, a Portaria nº 107179/2026, que designa o servidor de carreira Luiz Fernando Vogel para exercer a função de Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) de Campinas. A medida atende a uma demanda prevista desde a elaboração do Plano de Manejo da unidade, em 2019, que estabelece a importância de uma atuação de perfil técnico na gestão da APA.

A indicação de Vogel para a função foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Gestor da APA de Campinas (Congeapa), durante reunião extraordinária realizada em 7 de julho de 2026. A decisão representa o reconhecimento dos conselheiros à sua experiência e capacidade técnica para atuar na gestão de uma das principais áreas de conservação ambiental do município.

Até então, a função de gestor da APA vinha sendo exercida por secretários municipais responsáveis pela área ambiental. Com a nova designação, a unidade passa a contar com um servidor de carreira dedicado à condução das atividades de gestão e à implementação do Plano de Manejo.

Entre as atribuições do gestor estão coordenar a implantação e a execução do Plano de Manejo, promover sua revisão periódica e fortalecer a gestão participativa. Cabe ao profissional articular os diferentes setores que atuam no território da APA, tanto dentro da Prefeitura quanto junto à sociedade, elaborar pareceres técnicos e acompanhar os resultados das ações desenvolvidas.

CARLOS BASSAN/PREFEITURA DE CAMPINAS

O gestor coordena a implantação e a execução do Plano de Manejo

Embarque na Estação Pinheiros foi alterado hoje em Hortolândia

A medida será adotada por dois meses devido às obras do Eletroterminal

Da **Redação**

PREFEITURA DE HORTOLÂNDIA

Obras do eletroterminal avançam; com investimento de R$ 30 mi, previsão da conclusão é para fevereiro de 2027

Usuários dos ônibus intermunicipais que utilizam a Estação Parque dos Pinheiros, em Hortolândia, devem ficar atentos à partir desta quinta-feira (20/08).

Quem costuma realizar o embarque na estação, agora deve utilizar as paradas provisórias identificadas com pintura na avenida Olívio Franceschini, no sentido bairro-Centro de quem vem da avenida Emancipação para a avenida Santana.

A Prefeitura de Hortolândia informa que a medida será adotada por aproximadamente dois meses, tempo necessário para o avanço da obra do Eletroterminal, que está em implantação na Estação Pinheiros.

A estrutura recebe adaptações para ser o coração da operação dos futuros ônibus elétricos da cidade.

REQUALIFICAÇÃO DO TERMINAL

Entre as melhorias estão o rebaixamento das guias para facilitar o embarque e desembarque, reforma das calçadas, revitalização da fachada, implantação de área de descanso e refeição para motoristas e instalação de uma moderna cabine de segurança equipada com câmeras inteligentes integradas à Central de Monitoramento da Prefeitura. Na primeira etapa serão instalados 12 carregadores de alta capacidade para abastecimento dos ônibus elétricos.

O projeto permite a ampliação da estrutura e a instalação de novos carregadores conforme a expansão da frota elétrica nos próximos anos.

ÔNIBUS ELÉTRICOS

Os veículos oferecem ar-condicionado, Wi-Fi, carregadores USB, sistema interno de câmeras, acessibilidade para pessoas com deficiência, assentos preferenciais e capacidade para transportar 36 passageiros sentados.

Por serem movidos exclusivamente à energia elétrica, não emitem gás carbônico (CO_2), contribuindo para a redução da poluição atmosférica e para uma cidade mais saudável e preparada para os desafios do futuro.

MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE

A modernização do transporte público com sustentabilidade em Hortolândia é fruto de parceria entre a Administração Municipal e o Governo Federal, com investimento aproximado de R$ 30 milhões. A obra será concluída em fevereiro de 2027.

Um dado particularmente interessante é que o eletroterminal não está sendo pensado apenas como local de recarga. A Prefeitura afirma que a transformação da Estação Pinheiros também deverá aumentar a circulação de passageiros pelo espaço, que hoje teria utilização relativamente baixa, e que existe a intenção de ampliar as linhas depois do início da operação dos elétricos.

Outro ponto é que a eletrificação faz parte de uma estratégia mais ampla de mobilidade, pela qual . a nova concessão do transporte previa novas linhas e linhas gratuitas e, em agosto, anunciou estudos para implantação de rotas com tarifa zero.

Câmara de Paulínia aprova ampliação de ações de combate à violência contra idosos

Da **Redação**

CÂMARA DE PAULÍNIA

Projeto amplia prevenção e divulgação de canais de denúncia ao idoso

A Câmara de Paulínia aprovou, nesta terça-feira (18), projeto que amplia ações de prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa. A proposta do vereador Fábio da Van, institui "Junho Violeta" e complementa legislação que já reserva o dia 15 de junho para tema.

A iniciativa prevê palestras e debates sobre os direitos dos idosos, além da divulgação de canais de denúncia para casos de violência física, psicológica, patrimonial, financeira e institucional. O texto também permite parcerias com instituições, entidades e o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Durante a 26ª Sessão Ordinária, o Plenário aprovou requerimentos sobre o monitoramento da qualidade do ar e da água, de Helder Pereira (PL); a cobertura vacinal contra influenza e sarampo, de Messias Brito (PL); e os serviços de varrição e limpeza urbana, de Tiguila Paes (Cidadania).

Também foi aprovado projeto de decreto legislativo de Lucas Barros (DC), que concede o diploma Mauro Garcia de Paula de Mérito Esportivo a Oswaldo Luiz Spaleta, o Koka.

A Escola Técnica de Paulínia (Etep) recebeu homenagens pelo desempenho no Ideb. O projeto "Cozinha Itinerante" também foi reconhecido, enquanto a Emei Rachel Balista Amatte foi lembrada pelos 55 anos. Maria Lucimar Ursulino da Silva, Lu Ursulino, recebeu homenagem pela 3ª Corrida de Rua OAB.

Daniel Dias visita projeto de natação infantil em Valinhos

Da **Redação**

Valinhos recebeu nesta terça-feira (18) a visita do nadador Daniel Dias. O multicampeão acompanhou os dois núcleos do projeto "Nadando com Daniel Dias", que oferece aulas gratuitas a 80 crianças e jovens com deficiência, de 7 a 17 anos.

As atividades ocorrem duas vezes por semana, no contraturno escolar. São 40 alunos na piscina do Jardim Paraíso e outros 40 na piscina do Parque Municipal Monsenhor Bruno Nardini, com apoio de Valinhos, por meio da Secretaria de Esportes e Lazer.

O projeto está presente em 21 núcleos no Brasil. Em Valinhos, conta com patrocínio do BTG Pactual e da Hidroall, empresa com sede na cidade de Valinhos. O encontro também reuniu ainda o prefeito Franklin e representantes das secretarias de Esportes e Lazer e de Cultura e Turismo.

O projeto está presente em 21 núcleos no Brasil. Em Valinhos, conta com patrocínio do BTG Pactual e da Hidroall, empresa com sede na cidade de Valinhos. O encontro também reuniu ainda o prefeito Franklin e representantes das secretarias de Esportes e Lazer e de Cultura e Turismo.

Daniel também ressaltou o carinho pela cidade e a expectativa de manter a parceria. O secretário adjunto de Esportes e Lazer, Tiago dos Santos, destacou que a iniciativa amplia o acesso ao esporte e contribui para o desenvolvimento social e físico das crianças.

PREFEITURA DE VALINHOS

Daniel Dias visita projeto de natação na cidade de Valinhos

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

Grandes e inesquecíveis mulheres

Nesta corrida eleitoral em que todos procuram cativar o voto feminino, nenhum se lembra das grandes mulheres que o Brasil teve em diversas áreas da ação política, social, intelectual e empresarial.

Para não ir mais longe, o Rio de Janeiro tem nas mulheres algumas referências admiráveis no imobiliário, na Arquitetura e na vida cultural.

O Museu de Arte Moderna é obra de uma grande mulher, Niomar Moniz Sodré, que presidiu o Correio da Manhã. Heloísa Aleixo Lustosa foi a grande diretora do Museu de Belas Artes; Vera Tostes, a referência maior do Museu Histórico.

Na Arquitetura, Berta Schneider, depois Leitchic de casada, foi a arquiteta do Viaduto das Canoas, nos anos 40, e participou de projetos como o Rio Design Center, no Leblon, junto com Clara Steinberg, outra referência no imobiliário carioca. Nas Artes, as irmã Eva e Ema Klabin, com coleções colocadas à disposição do público do Rio e de São Paulo, na militância social e incansável em projetos sociais, Gisella Amaral, Malu Rocha Miranda – com a imortal obra da ABBR.

Na literatura Clarice Lispector, Nélida Piñon, Rachel Queirós.

Na política, foram Parlamentares relevantes Sandra Cavalcanti, Lygia Lessa Bastos, Adalgisa Nery, Daisy Lúcidi, Yara Vargas no Rio, mas Ivete Vargas e Conceição Nery, em São Paulo.

Primeira mulher ministra de Estado, Esther Figueiredo Ferraz foi considerada a melhor titular da pasta da Educação, no governo João Figueiredo, e a primeira mulher senadora foi Eunice Michiles, do Amazonas.

Os presidentes contavam com a presença na área social de suas mulheres, como D. Darcy Vargas, na Casa do Pequeno Jornaleiro, Sarah Kubitschek, na Fundação das Pioneiras Sociais, e D. Scylla Médici, que prestigiou a LBA na sua melhor fase.

Mulheres podem ter a admiração e o reconhecimento pelo que fazem ou fizeram e não por atenderem a cotas de origem demagógica.

VICTOR CORRÊA

Jornalista, mestre e doutorando em Políticas Públicas pela FGV

Corpo alheio não se discute

Domingo à tarde. Festa de criança. Bolo, docinhos, salgadinhos. Não era exatamente o lugar para pensar em calorias.

Eu comia serenamente um cajuzinho quando uma amiga da família, com quem não tenho intimidade alguma, se aproximou. O cumprimento dispensou o "oi":

"Tá barrigudo, hein?"

O cajuzinho ficou pela metade. Ainda tentei amenizar o climão:

"Acontece com todo mundo, né?", eu disse, visivelmente desconcertado.

"Vamos melhorar", ela respondeu, sorrindo.

Voltei ao cajuzinho.

Não tenho problema com a suposta barriga protuberante que aquela mulher enxergou em mim. Ainda assim, me senti ofendido.

Ao meu lado estava Maria, minha prima. Para ela, o peso sempre foi uma questão mais delicada. Maria vive há anos o chamado efeito sanfona. Nos últimos tempos, depois de se dedicar ao CrossFit e recorrer ao Mounjaro, remédio da moda também usado para emagrecer, perdeu peso e voltou a se sentir melhor com o próprio corpo.

Fico feliz por ver Maria assim. O que me incomoda é pensar que, durante tanto tempo, o peso tenha interferido na maneira como ela própria enxergava sua beleza. Maria é uma mulher muito bonita. Sempre foi. Nenhum número na balança mudou isso.

Foi olhando para ela que pensei no alcance que uma frase dessas pode ter. Para algumas pessoas, um comentário feito em segundos pode destruir o dia, abalar a autoestima e engatilhar sentimentos nada positivos.

Segundo o Ministério da Saúde, em 2024, 25,7% dos adultos das capitais brasileiras e do Distrito Federal viviam com obesidade. Mais de um em cada quatro. O número dá a dimensão de uma condição comum e ainda cercada por julgamentos.

O próprio Ministério da Saúde chama atenção para o estigma relacionado ao peso, que pode aparecer como preconceito, discriminação ou até sob a aparência de incentivo para que alguém adote hábitos considerados mais saudáveis. Um comentário que constrange não vira cuidado só porque foi feito em nome da saúde.

É aí que costuma surgir a justificativa:

"Ah, mas não foi a intenção."

Pode até não ter sido. Ainda assim, foi ofensivo. Não ter querido ofender não muda o fato de que ofendeu.

Ninguém sabe exatamente o que o outro viveu antes de chegar ali. Pode haver uma história de transtorno alimentar, uma doença, uma medicação, uma depressão, um luto ou simplesmente anos de desconforto com a própria imagem.

E há também quem não esteja vivendo nada disso. Ainda assim, não pediu sua opinião.

Existe ainda o comentário que costuma vir embalado como elogio:

"Nossa, como você emagreceu!"

Para quem passou meses tentando perder peso e quer comemorar o resultado, a frase pode ser recebida exatamente assim: como um elogio. O problema é presumir que toda pessoa mais magra está melhor e deseja ter aquela mudança celebrada.

Emagrecer pode ser uma escolha, uma consequência ou até sinal de que alguma coisa não vai bem. Mas há outra questão menos óbvia. O entusiasmo com o corpo mais magro também pode dizer algo sobre o corpo que existia antes.

Quando o "como você está bem!" aparece justamente depois da perda de peso, pode ficar uma mensagem incômoda nas entrelinhas: antes, você não estava.

Não se trata de abolir elogios ou transformar qualquer conversa sobre aparência em terreno proibido. Intimidade, contexto e abertura fazem diferença. Há quem queira falar sobre o próprio corpo, comemorar mudanças, reclamar delas ou pedir uma opinião.

O corpo do outro, porém, não é de domínio público. O problema começa quando essa liberdade é presumida.

Nem toda percepção precisa ser verbalizada. Nem toda mudança precisa ser apontada. E nem todo silêncio significa indiferença. Às vezes, simplesmente ficar quieto é justamente uma forma de cuidado.

Naquele aniversário, havia assunto de sobra. Crianças correndo, gente conversando e cajuzinho suficiente para eu voltar ao que estava fazendo.

Um "oi, como vai?" teria sido um cumprimento bem mais adequado para um dia como aquele.

JOÃO ALBERTO GRAÇA

Advogado. Membro do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado do Paraná

Reforma Tributária: transição exige conformidade, não punição

A possibilidade de que a aplicação efetiva das multas relacionadas às novas obrigações acessórias da Reforma Tributária seja postergada para 2027 reacendeu um debate que vai muito além do calendário fiscal. Em jogo está a forma como o Estado pretende conduzir a maior transformação do sistema tributário brasileiro desde a Constituição de 1988: pela orientação aos contribuintes ou pela punição imediata.

A discussão é especialmente relevante porque a complexidade da mudança não encontra paralelo na história recente da administração tributária nacional. A Emenda Constitucional nº 132/2023 alterou profundamente a tributação sobre o consumo ao substituir, de maneira gradual, PIS, Cofins, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A regulamentação foi consolidada pela Lei Complementar nº 214/2025, posteriormente complementada pela Lei Complementar nº 227/2026, que instituiu o Comitê Gestor do IBS, disciplinou o processo administrativo tributário do novo imposto e promoveu ajustes importantes nas regras de fiscalização, conformidade e sanções.

Na sequência, o Decreto nº 12.955/2026 regulamentou diversos dispositivos da legislação complementar, estabelecendo que parcela significativa dos procedimentos operacionais será disciplinada por atos normativos da Receita Federal e do Comitê Gestor do IBS. Em outras palavras, o novo sistema jurídico já existe, mas sua operacionalização ainda está em construção.

Essa distinção é fundamental. A legislação entrou em vigor, porém a implementação prática depende de uma extensa cadeia de providências técnicas: adaptação dos documentos fiscais eletrônicos, integração dos sistemas da União, dos Estados e dos Municípios, revisão dos cadastros fiscais, parametrização dos softwares de gestão empresarial, desenvolvimento de plataformas tecnológicas e publicação de inúmeros atos infralegais indispensáveis ao funcionamento cotidiano do modelo.

Dificilmente haveria ambiente mais inadequado para inaugurar um ciclo de fiscalização punitiva. Não por falta de obrigação legal dos contribuintes, mas porque o próprio Estado ainda está estruturando os instrumentos necessários para que essas obrigações possam ser plenamente cumpridas.

Essa percepção parece estar presente nas próprias administrações tributárias. A Receita Federal tem sinalizado que a primeira fase da implementação deve privilegiar uma política de conformidade orientada, permitindo que inconsistências sejam corrigidas antes da adoção de medidas sancionatórias. O Comitê Gestor do IBS, por sua vez, ainda terá papel decisivo na definição de diversos procedimentos essenciais para o funcionamento do novo sistema. Em âmbito local, algumas administrações seguem a mesma lógica. O Distrito Federal, por exemplo, divulgou cronograma oficial que trata 2026 como período de adaptação dos contribuintes às novas exigências da reforma.

Essa postura não representa qualquer flexibilização do dever de cumprir a legislação tributária. Ao contrário, constitui uma aplicação concreta de princípios estruturantes do Estado de Direito, como a segurança jurídica, a proteção da confiança legítima, a razoabilidade e a proporcionalidade. Não seria compatível com esses princípios exigir conformidade absoluta quando as próprias regras operacionais ainda se encontram em fase de consolidação.

Mais do que um período de tolerância, a transição deve ser compreendida como uma etapa de preparação. Empresas precisarão revisar cadastros, reconfigurar sistemas, validar critérios de creditamento, testar documentos fiscais eletrônicos, capacitar equipes e fortalecer mecanismos internos de governança tributária. Trata-se de um investimento indispensável para reduzir riscos futuros e garantir a correta aplicação do novo modelo.

A própria experiência brasileira demonstra que grandes projetos de modernização tributária sempre foram acompanhados por períodos de adaptação. Assim ocorreu com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), do eSocial e da EFD-Reinf. Em todos esses casos, a administração tributária priorizou fases de testes, ajustes e orientação antes da consolidação plena do regime sancionatório. Não há razão para que a maior reforma tributária das últimas décadas siga caminho diverso.

A cultura contemporânea de administração tributária também caminha nessa direção. Em diversas jurisdições, a fiscalização deixou de atuar exclusivamente sob uma lógica repressiva para incorporar mecanismos de conformidade cooperativa, nos quais Estado e contribuinte compartilham o objetivo de reduzir erros, aumentar a transparência e elevar os níveis de cumprimento espontâneo das obrigações fiscais. O sucesso do novo sistema brasileiro dependerá, em grande medida, da capacidade de incorporar essa mudança de paradigma.

A Reforma Tributária não será julgada apenas pelo desenho constitucional que instituiu CBS e IBS nem pela qualidade técnica de sua legislação complementar. Seu verdadeiro teste ocorrerá na implementação cotidiana, quando milhões de empresas precisarão adaptar seus processos e quando as administrações tributárias terão de demonstrar capacidade de coordenação entre os diversos entes federativos.

Nesse cenário, adiar a aplicação efetiva das penalidades não significa enfraquecer a fiscalização. Significa reconhecer que a conformidade nasce da previsibilidade, da orientação e da estabilidade normativa. A punição continua sendo instrumento legítimo e necessário, mas sua eficácia depende de um pressuposto elementar: que todos tenham condições reais de compreender e cumprir as novas regras.

Uma reforma dessa dimensão exige firmeza institucional, mas também maturidade jurídica. E maturidade, neste momento, significa compreender que orientar primeiro é, muitas vezes, a forma mais eficiente de fiscalizar depois.

CORREIO POLÍTICO

POR **RUDOLFO LAGO**

RUDOLFO LAGO/CORREIO DA MANHÃ

Situação de Arruda é vista como central na disputa do DF

Celina ainda aposta na saída de Arruda da disputa

Embora a pesquisa Real Time Big Data divulgada nesta quarta-feira (19) aponte uma situação de empate técnico entre o candidato do PT, Leandro Grass, e o candidato do PSD, José Roberto Arruda, na disputa pelo segundo lugar, é Arruda quem é o alvo da preocupação da governadora Celina Leão (PP), que lidera a corrida pela reeleição. Segundo a pesquisa, Arruda tem 22% das intenções de voto, e Grass tem 18%. Como a margem de erro da pesquisa é de dois pontos para mais ou para menos, no limite Arruda e Grass estão empatados. Celina está 12 pontos à frente de Arruda. Mas o seu peso na disputa fica claro quando ele sai em um segundo cenário: no caso, Celina pula de 34% para 45%. E Grass sobe para 20%. Assim, a grande aposta de Celina segue sendo conseguir que Arruda seja considerado inelegível com base na Lei da Ficha Limpa e saia da disputa.

Mudanças na Ficha Limpa

Pela Lei da Ficha Limpa original, as condenações contra Arruda na Operação Caixa de Pandora o deixariam inelegível até 2032. Mas a Lei Complementar nº 219/2025 alterou esses prazos. Antes, o período de inelegibilidade era contado a partir do final do cumprimento da pena, a lei mudou o prazo para o momento da condenação. Isso beneficiou não apenas Arruda, mas outros políticos como Anthony Garotinho (Republicanos) e Eduardo Cunha (Republicanos).

PAULO H. CARVALHO/AGÊNCIA BRASÍLIA

Sem Arruda, chances de Celina aumentam

Gilmar segura o processo

Há, porém, uma contestação quanto à constitucionalidade dessa lei, que está sendo julgada no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação é movida pela Rede. A relatora da ação, Cármen Lúcia, e Luiz Fux votaram pela inconstitucionalidade. Então, Gilmar Mendes pediu vista e até agora não devolveu a ação ao plenário. Arruda segue candidato sem saber qual será o posicionamento final do STF. Os que querem ver Arruda fora da disputa avaliam que Gilmar Mendes irá segurar o processo consigo o máximo possível.

Caminho mais provável no TRE

Assim, passaram a acreditar que o caminho mais provável para tirar Arruda do páreo é uma impugnação no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Esse pedido de impugnação foi feito efetivamente nesta quarta-feira pelo deputado distrital Claudio Ferreira Domingues (Democrata). Mas não seria exatamente uma ação individual dele, já que a saída de Arruda da disputa interessa a muita gente.

Vice de Celina

Segundo disseram fontes, quem se moveria nos bastidores para tentar obter a impugnação de Arruda é o candidato a vice-governador na chapa de Celina, Gustavo Rocha (Republicanos). O relator do processo no TRE será o desembargador Guilherme Pupe. O que poderia aproximar Rocha de Pupe seriam os direitos humanos.

Ministro

Gustavo Rocha foi ministro de Direitos Humanos no governo Michel Temer. Rodrigo Pupe é um dos sócios do escritório de Rodrigo Mudrovitsch, presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Muito embora a questão seja polêmica. Mesmo uma eventual proximidade poderia não levar a se atropelar uma decisão do STF.

Espera

Assim, especula-se como outra possibilidade que o TRE resolva esperar a decisão do TSE para se manifestar ou não pela impugnação de Arruda. O problema é a demora provocada no STF pelo pedido de vista de Gilmar Mendes, que faz com que candidatos disputem as eleições sem saber a essa altura se são elegíveis ou não.

Insegurança

Uma situação que leva às eleições brasileiras – não somente à de Arruda – insegurança jurídica. No fundo, a demora pode acabar tornando a situação fato consumado. A Justiça irá depois cassar o diploma de um governador que venha a ser eleito? Como resolverá? Dará posse ao segundo colocado? Convocar nova eleição?

Interesses

Por outro lado, não se pode ignorar os interesses diversos. Celina Leão vê Arruda como o nome capaz de derrotá-la. Tirá-lo do páreo lhe interessa. De fato, a nova lei alterou os prazos de inelegibilidade da Ficha Limpa. Mas ficaram pontos controversos. Arruda tem seis condenações. A mudança vale para os casos conexos?

TSE

O caminho da impugnação no TRE tem outro problema, caso o STF demore. O que o TRE decidir cabe recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ou seja, a situação se arrastará. Empurrar com a barriga provavelmente não é a melhor solução. Como, no final, acontece também com a história do mandato-tampão no Rio de Janeiro.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Mensagens mostrariam proximidade entre Roberta e Lulinha

PF investiga até onde ia atuação de lobista em nome de Lulinha

Em mensagens investigadas, Roberta Luchsinger diz: "Eu sou o Fábio"

Por **Beatriz Matos**

A investigação sobre Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, ganhou uma nova pergunta para a Polícia Federal sobre até onde Roberta Luchsinger, a lobista, podia falar e agir em nome do filho mais velho do presidente Lula (PT).

A empresária, que mantém uma relação de amizade com ele, aparece em diferentes pontas de três inquéritos que apuram suspeitas de tráfico de influência dentro do governo federal.

A dúvida ganhou força depois que investigadores encontraram uma mensagem em que Roberta se apresenta a um interlocutor envolvido na prospecção de negócios junto ao governo como representante de Lulinha.

"Eles sabem o que eu sou. Eu sou o Fabio", escreveu. Ao analisar o diálogo, a PF registrou em relatório que, "aparentemente Roberta tinha autorização para agir em nome dele". As informações foram reveladas pela Folha de S. Paulo e confirmadas pelo Correio da Manhã.

A defesa contesta essa interpretação. O advogado Marco Aurélio Carvalho afirma que Lulinha não pode responder pelo que Roberta dizia a terceiros e questiona até mesmo a validade do material divulgado.

"Nós não podemos até o presente momento atestar a autenticidade dessas supostas mensagens", disse.

É nesse cenário que uma mansão no Lago Sul, área nobre de Brasília, passou a interessar à reconstrução da relação entre os dois.

O imóvel era alugado por Roberta e frequentado por Lulinha quando ele estava na capital.

O relato, porém, não comprova que negociações investigadas pela PF tenham ocorrido dentro da residência. A defesa também rejeitou essa associação. "Não há nenhuma comprovação nos autos de que a casa tenha sido utilizada pelos dois para reuniões ou negociações", afirmou a defesa de Lulinha.

A defesa de Lulinha acusa setores da PF de promover vazamentos com interesses políticos e eleitorais, mas faz uma distinção entre esses investigadores e a instituição. "A PF é uma instituição que eu respeito", afirmou.

O caso avança em pleno ano eleitoral e já obrigou o próprio presidente a se manifestar. Lula afirmou recentemente que acredita no filho, mas defendeu que as investigações prossigam.

Federações apresentam cases de sucesso

Profissionais da comunicação compartilharam boas experiências

Da **Redação**

Adaptar formatos, inovar na apresentação de temas nas redes sociais ou transformar o modo de vender um produto ou serviço. Estes são desafios apresentados por federações das indústrias de diferentes estados do país, para os quais foram desenvolvidas novas formas de comunicar.

A segunda edição do Encontro de Comunicadores do Sistema Indústria foi palco para compartilhar exemplos de mudança de processos adotados pelas federações que fazem diferença no dia a dia de como as pessoas recebem notícias da indústria. O evento, que acontece anualmente, foi realizado na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, nos dias 17 e 18 de agosto.

DADOS QUE CONTAM E ENCANTAM

A gerente corporativa de Comunicação da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), Juliska Azevedo, pontuou que há três anos a comunicação da federação recebeu o desafio de aumentar a interação nos conteúdos que eram divulgados. Em função dessa demanda, houve um planejamento para ampliar a produção audiovisual.

"Não aumentamos equipe e nem orçamento, mas tivemos que adaptar o processo e mudar a forma de pensar. Começamos a pensar não só na pauta jornalística, mas também na produção multiplataforma", enfatizou a gerente.

Juliska trouxe dois exemplos de parcerias com a Rede Globo do estado, a afiliada Inter TV: o "FIERN em Destaque", informativo semanal exibido semanalmente no intervalo do programa "Bom Dia", e o quadro "Termômetro da Economia", produto desenvolvido pelo Observatório da Indústria da FIERN que mensalmente ocupa espaço no mesmo programa para apresentar os principais dados e índices da economia local.

"O quadro Nossa Economia só começou porque representantes da emissora foram conhecer o trabalho do Observatório da Indústria MaisRN. Eles ficaram encantados com a quantidade de números e dados para a economia do estado que tínhamos ali", destacou Juliska. "A partir daí, um representante da instituição passou a participar de um quadro na emissora, quinzenalmente, para explicar dados e estudos do Observatório da Indústria MaisRN".

Beatriz Seixas, gerente de Comunicação e Relações Públicas da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES), trouxe um exemplo de criação voltado para as redes sociais, o "Explicando a FINDES para Gerações".

O produto estreou em abril de 2026 com quatro episódios publicados em carrosséis no Instagram e Linkedin. O principal objetivo da ação foi utilizar temas culturais com referências específicas para diferentes gerações, como a série de ficção científica Stranger Things e o bruxo mais famoso do mundo, Harry Potter, para explicar a atuação da federação.

Ao contrário da FIERN, a gestora conta que a FINDES não recebeu nenhuma demanda específica para a criação do "Explicando a FINDES para Gerações", mas o próprio time de comunicação institucional trouxe a ideia numa conversa durante um café da tarde. "A partir desse brainstorming despretensioso surgiu um dos nossos conteúdos institucionais que teve um dos melhores resultados entre todos os nossos materiais", conta Beatriz.

O desafio, nesse caso, foi trazer um conceito de uma maneira "pop". "A gente trouxe a questão de explicar a FINDES, criar identificação, mas também encontramos o timing, porque buscamos referência cultural tentando mirar no repertório das pessoas com o que estava sendo falado fora da linguagem institucional", detalha a comunicadora.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA INDÚSTRIA/ REPRODUÇÃO

O evento, que acontece anualmente, foi realizado na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em

Encontro une setor produtivo a órgãos fiscalizadores

Da **Redação**

A Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) recebeu, nesta segunda-feira (17/08), o Encontro com os Órgãos de Controle, com a participação da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), do Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), para fortalecer o diálogo entre o setor produtivo e os órgãos fiscalizadores, assim como apresentar a atuação do Sistema FIEC no Ceará. O evento acontece juntamente à 12ª Reunião da Rede de Relacionamento de Controle Interno.

Liderado pelo Presidente da FIEC, Ricardo Cavalcante, o encontro contou com a presença do Auditor Federal do TCU, Alessandro Philadelpho; do Superintendente da Controladoria Regional da União no Ceará, Luiz Fernando Menescal; do Diretor Jurídico da CNI, Alexandre Vitorino; do 1º Vice-presidente da FIEC, Carlos Prado; da Superintendente do IEL/DN, Sarah Saldanha; do Superintendente de Dados e Gestão do SESI/DN e SENAI/DN, Felipe Morgado; do Superintendente de Negócios Jurídicos e Controle Externo da CNI, Carlos Henrique Caldeira Jardim; da Superintendente do IEL Ceará e Líder da Transformação Digital da FIEC, Dana Nunes; do Superintendente do SESI Ceará e Diretor Regional do SENAI Ceará, Paulo André Holanda; da Gerente Jurídica da FIEC, Natali Camarão; além de diretores e gestores da FIEC e outros representantes da CNI, do TCU e da CGU.

"Receber o Encontro com os Órgãos de Controle é uma oportunidade de mostrar a dimensão e a relevância do trabalho que a FIEC realiza no Ceará. Queremos fortalecer canais permanentes de diálogo com essas instituições, porque a transparência, a cooperação e a segurança jurídica são fundamentais para promover um ambiente cada vez mais favorável ao desenvolvimento", destacou Ricardo Cavalcante.

Durante a abertura do encontro, o Presidente da FIEC apresentou um panorama do cenário econômico cearense e da atividade industrial, enfatizando investimentos nas áreas de energias renováveis e tecnologia. Segundo ele, o Ceará se posiciona cada vez mais como destino estratégico para a implantação de negócios como data centers e indústrias de energia solar, eólica, baterias e de hidrogênio verde. Nesse contexto, as ações de qualificação profissional e inovação promovidas pela Federação têm transformado esse potencial em desenvolvimento econômico e social para o Estado.

Representando a CNI, Alexandre Vitorino afirma que a estratégia de diálogo e cooperação entre órgãos de controle e instituições industriais permite aprimorar o desempenho do setor produtivo.

FIEC

Foi lançado o relatório de pesquisa do Observatório do TCU, da FGV

JORNAL DO SERVIDOR

POR **ANDRE SOUZA**

REPRODUÇÃO/SINDSEP-DF

Nova manifestação será realizada na primeira quinzena de setembro

Servidores cobram isonomia salarial no Executivo Federal

Servidores federais realizaram na terça-feira (18) o segundo ato em frente ao Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), em Brasília, para cobrar medidas de isonomia salarial entre carreiras do Executivo. A mobilização reuniu representantes de órgãos e categorias que ficaram fora dos reajustes previstos na Lei nº 15.367/2026. Entre os participantes estavam servidores da Abin, Conab, Ibama, Incra e MGI, além de aposentados, pensionistas e anistiados. O Sindsep-DF e a Condsef/Fenadsef reivindicam recursos no Orçamento de 2027 para corrigir diferenças salariais entre carreiras com atribuições semelhantes. As entidades afirmam que a legislação ampliou desigualdades ao não contemplar parte dos servidores administrativos e diversas carreiras de nível superior. Um novo ato está previsto para a primeira quinzena de setembro, ainda sem data definida.

Servidores do IBGE iniciam greve na BA e no RJ

Servidores do IBGE iniciaram greve contra medidas da gestão de Márcio Pochmann. Segundo a Assibge, três unidades aderiram: o núcleo da Bahia, a sede e a superintendência no Rio. Na Bahia, cerca de 40% do efetivo está parado. Outras oito unidades estão em estado de greve. O sindicato questiona mudanças na remuneração de agentes de coleta, no regime de trabalho e na progressão de carreira. O IBGE afirma que segue funcionando e mantém diálogo com os servidores.

ALEXANDRE SÁ/EPTV

Sindicato aponta tratamento diferenciado entre servidores

TCDF abre concurso com 10 vagas

Começam no dia 26 de agosto as inscrições para o concurso do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), que oferece 10 vagas para Analista Administrativo de Controle Externo, na área de Gestão. O cargo exige nível superior em qualquer área e tem remuneração inicial de R$ 14.990,41. As inscrições seguem até 17 de setembro, pelo site do Cebraspe, com taxa de R$ 148. A seleção terá provas objetivas e discursiva, previstas para 22 de novembro. O concurso terá validade de dois anos, prorrogável por igual período.

Governo do Rio já exonerou 5.950 comissionados

O número de servidores comissionados exonerados pelo Governo do Rio chegou a 5.950 entre 24 de março e 18 de agosto, segundo o Palácio Guanabara. No período, 2.368 foram nomeados, diferença de 3.582 cargos a menos. O governo estima economia de R$ 280 milhões até o fim do ano e afirma que novas exonerações ocorrerão após as auditorias. Parte dos desligados ainda não utilizava sistemas do Estado.

Servidores BC I

Servidores do Banco Central mantinham um grupo de WhatsApp com Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, para tratar de assuntos relacionados à fiscalização da instituição. Segundo a Polícia Federal, integrantes do grupo compartilhavam informações internas sobre documentos, reuniões e procedimentos do BC, que poderiam antecipar ações do órgão.

Servidores BC II

As conversas também teriam permitido ao banqueiro acompanhar de perto movimentações da fiscalização do Banco Central. De acordo com a investigação, servidores repassavam dados sobre procedimentos e demandas da autarquia. A suspeita é de que as informações tenham sido usadas para orientar a atuação do banco diante do órgão regulador.

Paralisação Detran-RJ

Servidores do Detran-RJ fizeram paralisação na quarta (19) e farão nesta quinta (20), convocada pelo Sindetran-RJ. A categoria cobra o cumprimento de direitos previstos em acordo judicial firmado no dissídio de 2022 e melhores condições de trabalho. O órgão afirma que manterá 30% do atendimento para reduzir os impactos aos usuários para os usuários.

Servidores da USP I

A Universidade de São Paulo (USP) vai iniciar, ainda no mês de agosto, o segundo ciclo de avaliação de desempenho dos quase 13 mil servidores técnicos e administrativos. O processo será realizado a cada dois anos e terá autoavaliação, avaliação de pares e análise pelas chefias. Em 2024, 11.983 servidores participaram da primeira edição.

Servidores da USP II

Neste ciclo, a USP fará ajustes no modelo, com formulários mais sintéticos e relatórios para ajudar as unidades a definir prioridades. As chefias também deverão realizar "diálogos de desenvolvimento" com os servidores. Os Planos de Desempenho Individual feitos em 2024 serão reavaliados, e haverá cursos de capacitação.

Concurso da UEMG

A Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais(ALMG) discutiu a nomeação de aprovados no concurso da Universidade Estadual de Minas Gerasis (Uemg). Ao todo, 178 pessoas aguardam convocação, sendo 79 para cargos de nível médio e 99 de nível superior. O resultado foi homologado há dois meses.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta é de autoria do deputado federal Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

Uso de milhas das viagens de servidores pagas pela União

Proposta prevê que pontos gerados sejam destinados ao patrimônio público

Da **Redação**

O deputado federal Ricardo Ayres (Republicanos-TO) apresentou o Projeto de Lei 5.096/2026, que estabelece que milhas, pontos, créditos e outros benefícios de programas de fidelidade gerados pela compra de passagens aéreas custeadas, total ou parcialmente, com recursos da União pertençam ao patrimônio público.

Pelo texto, os benefícios deverão ser direcionados a uma conta institucional administrada pelo órgão competente da Administração Pública Federal. O projeto proíbe que milhas geradas por viagens pagas com recursos federais sejam creditadas em contas pessoais de agentes públicos ou de terceiros.

As milhas acumuladas poderão ser utilizadas para a compra de novas passagens destinadas ao serviço público ou para outras finalidades de interesse da Administração, observadas as regras de transparência e controle previstas para os recursos públicos.

A proposta também determina que editais, contratos e demais instrumentos utilizados na aquisição de passagens aéreas pelo governo federal estabeleçam, sempre que houver possibilidade técnica, que as milhas sejam creditadas em conta institucional da União. Os documentos também deverão prever que passagens emitidas com recursos públicos não gerem pontos qualificáveis, trechos qualificáveis ou outros benefícios destinados à obtenção ou elevação de categoria em programas de fidelidade por pessoas físicas.

Quando não for possível cumprir essas regras por razões técnicas, o Poder Executivo deverá adotar mecanismos contratuais ou operacionais para impedir que os benefícios sejam apropriados de forma privada.

Na justificativa, Ayres afirma que servidores, militares, membros de Poder e outros agentes públicos podem acumular, em contas pessoais, milhas decorrentes de viagens realizadas a serviço e custeadas pelo poder público, mas a proposta busca impedir que esses benefícios sejam utilizados para fins particulares.

O texto também cita o Projeto de Lei 6.483/2025, do deputado Lucas Abrahão(Rede-AP), que cria a Política Nacional de Milhas Públicas. Ayres afirma que os dois projetos tratam do mesmo tema e que a Mesa da Câmara poderá avaliar a tramitação conjunta das propostas.

O projeto aguarda despacho da Mesa Diretora para começar a tramitar nas Comissões da Casa.